

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

ANITA MARIA LINS DA SILVA

A PRÁXIS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL REVISITADA  
SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA SISTÊMICA E DO DESENVOLVIMENTO  
MORAL

São Leopoldo

2012

ANITA MARIA LINS DA SILVA

A PRÁXIS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL REVISITADA  
SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA SISTÊMICA E DO DESENVOLVIMENTO  
MORAL

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de pesquisa: Educação  
Comunitária com Infância e  
Juventude

Orientadora: Sandra Vidal Nogueira

São Leopoldo

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586p Silva, Anita Maria Lins da

A práxis do serviço de orientação educacional revisitada sob a perspectiva da teoria sistêmica e do desenvolvimento moral / Anita Maria Lins da Silva ; orientadora Sandra Vidal Nogueira. – São Leopoldo : EST/PPG, 2012.

70 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2012.

1. Orientação educacional. 2. Desenvolvimento moral. 3. Psicoterapia familiar. 4. Terapia contextual. I. Nogueira, Sandra Vidal. II. Título.

ANITA MARIA LINS DA SILVA

A PRÁXIS DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL REVISITADA  
SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA SISTÊMICA E DO DESENVOLVIMENTO  
MORAL

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de pesquisa: Educação  
Comunitária com Infância e  
Juventude

Data:

---

Sandra Vidal Nogueira – Doutora em Educação – EST

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Senhor Jesus minha imensa gratidão por tudo, pelo seu amor, ajuda e compromisso para comigo, falhei tantas vezes, adoeci, mas o Senhor me sustentou e me proporcionou enorme felicidade. Ao meu grande Mestre e Amigo... muito obrigada.

Ao meu querido companheiro Flávio, marido maravilhoso, amor da minha vida, que me incentivou e ajudou em todos os sentidos, que mesmo durante sua sofrida doença e recuperação não me deixou em hora nenhuma, nem que eu parasse os estudos para cuidar dele.

Aos meus lindos filhos Flávia e Daniel que me deram força.

Aos meus pais Florinda e Álvaro que me educaram e que, através das ternas lembranças, me ensinam até hoje.

À família do meu esposo que me ajudou na hora de sua enfermidade.

Aos meus professores da EST tão sábios, pacientes e conhecedores.

À minha orientadora Sandra Nogueira, inteligente, grande professora e amiga.

Aos amigos que conheci na EST e aos que se hospedaram comigo.

*“Porque melhor é a sabedoria  
do que jóias, e de tudo o que  
se deseja nada se pode  
comparar com ela.  
Eu, a Sabedoria, habito com a  
prudência e disponho de  
conhecimentos e de  
conselhos”.*  
(Provérbios 8.11-12)

## RESUMO

O Serviço de Orientação Educacional-SOE desenvolve ações em diversas áreas no âmbito institucional junto ao corpo docente, discente, família, redes sociais, além de proporcionar vivência teórica-prática aos estudantes em suas áreas de atuação. Em síntese, trabalha no sentido de promover atividades pedagógicas e/ou educativas para que os estudantes da instituição educacional sejam orientados em sua formação acadêmica, profissional e pessoal, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, competências e responsabilidades. Para apreender e alargar as possibilidades das ações do SOE buscou-se, nesta pesquisa, revisitar sua práxis a partir do aprofundamento de sua história e atribuições, também o aprofundamento dos estudos sobre a moral infantil e, por último, os conhecimentos sobre a Teoria Geral dos Sistemas. Sistema quer dizer conexão, interdependência, circularidade e retroação. Gregory Bateson, antropólogo e um dos pioneiros na compreensão do funcionamento da família, propõe que a escola seja considerada um sistema aberto devido ao movimento de seus membros *dentro* e *fora*. Na teoria sistêmica observa-se o indivíduo influenciando e sendo influenciado, reagindo e interagindo. O Orientador Educacional que norteia sua ação na ótica sistêmica observa as relações internas e externas e o papel exercido pelos componentes da família, assim como dos demais grupos, contribui para a manutenção do comportamento e a estabilidade do sistema como um todo. Quanto a moral infantil, buscou-se referencial de análise nos conceitos de desenvolvimento moral de Jean William Fritz Piaget. Piaget resalta os aspectos da assimilação de verdade e mentira, justiça e injustiça, de respeito e desrespeito às regras recebidas de fora, os julgamentos de valor, os deveres e o valor a eles atribuídos. Segundo ele, a consciência do bem na criança é a primeira condição da vida moral ao chegar ao estágio de reflexão e de formulação das ideias.

**Palavras-chave:** Orientação Educacional. Desenvolvimento moral. Teoria sistêmica. Aprendizagem. Escola.

## **ABSTRACT**

The Educational Guidance Service, SOE (Serviço de Orientação Educacional) develops actions in several areas within the institutional framework with the faculty, students, family, social networks, and provide theoretical and practical experience to students in their fields. In summary, works to promote educational activities and / or education for students of the educational institution are guided in their academic, professional and personal, stimulating the development of skills, competencies and responsibilities. To learn and to broaden the scope of the actions of SOE sought to this research, revisit its practice from the deepening of its history and mission, also the deepening of studies on child's moral and, finally, knowledge about the General Theory Systems. System means connection, interdependence, circularity and feedback. Gregory Bateson, an anthropologist and a pioneer in understanding the functioning of the family, it is proposed that the school is considered an open system due to the movement of its members inside and outside. In systems theory there is the individual influencing and being influenced, reacting and interacting. The Guidance Counselor that guides its action on systemic perspective looks at internal and external relations and the role played by members of the family, as well as the other groups, helps to maintain the behavior and stability of the system as a whole. The moral child sought to frame analysis in the concepts of moral development of Jean Piaget William Fritz. Piaget points out aspects of the assimilation of truth and untruth, justice and injustice, respect and disrespect for the rules received that does not come from his family, value judgments, duties and value attributed to them. According to him, well aware of the child is the first condition of moral life to reach the stage of reflection and formulation of ideas.

**Keywords:** Educational Guidance. Moral development. Systems theory. Learning. School.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 A HISTORICIDADE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SEU ALCANCE NA CONTEMPORANEIDADE .....	13
1.1 Cenários da atuação do Orientador Educacional no Brasil.....	16
1.2 Conceituação da Orientação Educacional e suas atribuições no século XXI ..	17
2 AS CONCEPÇÕES QUE SUBJAZEM À TEORIA SISTÊMICA E O ESTUDO DA MORAL DE PIAGET .....	21
2.1 As escolas sistêmicas .....	24
2.2.1 O Grupo de Palo Alto.....	24
2.2.2 O Enfoque Estrutural .....	25
2.2.3 A terapia Estratégica Breve .....	27
2.2.4 O Grupo de Milão .....	27
2.2 A família e sua organização social segundo o modelo sistêmico .....	28
2.3 Jean Piaget e sua teoria .....	30
2.4 A educação moral na criança segundo Piaget.....	34
2.5 Compreendendo as idades no âmbito das relações .....	36
3 AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	41
3.1 Preceitos éticos no exercício da orientação educacional.....	41
3.2 A implantação e planejamento do SOE .....	44
3.3 O Orientador Educacional e o viés das teorias sobre a moral e a sistêmica ...	47
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS.....	73



## INTRODUÇÃO

A presente Pesquisa tem como foco central contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a práxis do Serviço de Orientação Educacional-SOE, revisitada à luz da teoria sistêmica e do desenvolvimento moral. No percurso da Orientação Educacional percebe-se a constante preocupação com o desenvolvimento dos indivíduos e seu sucesso social. Atualmente, as ações do SOE se configuram como trabalho preventivo nas instituições escolares, cujo enfoque se concentra no acompanhamento às atividades pedagógicas, questões comportamentais, de adaptação ao meio e a aquisição de valores úteis à vida.

O Orientador Educacional<sup>1</sup> que focaliza sua ação sob a perspectiva sistêmica atua numa construção coletiva junto de mútuas determinações, pois seu significado tem sido elaborado no decorrer da história como aquele que acompanha e orienta o educando em seus aspectos pedagógicos, profissional e familiar, estabelecendo parcerias com áreas afins e atuando na escola de forma interdisciplinar. Nesse sentido, o Orientador Educacional acompanha o fazer pedagógico tendo assumido historicamente o papel de mediador entre a escola e a família, agindo no processo de tomada de decisões e trabalhando numa teia de relações para atender o estudante em sua formação.

A escola é um lugar de relacionamentos humanos, mas para que interações aconteçam cotidianamente é necessário conhecer a cultura, vivência e realidade de todos os que nela participam. Para se entender essas relações, principalmente as familiares, pesquisou-se a teoria sistêmica através dos teóricos Gregory Bateson, Calil, Nichols e Schwartz, Luigi Boscolo, Salvador Minuchim dentre outros.

Também, se investigou as teorias sobre a moral infantil como forma de buscar novas possibilidades de acompanhar, aconselhar e minimizar conflitos. Nesse caso, muitos são os teóricos que pesquisam o desenvolvimento humano, mas um deixou importante legado para o nosso conhecimento - Jean Piaget (1896-1980). Piaget estudou o desenvolvimento humano em seus aspectos físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social, deixando-nos um leque de informações a respeito do assunto.

---

<sup>1</sup> A fim de permitir uma melhor fluência, optou-se pelo uso do masculino neste trabalho de pesquisa/dissertação.

Piaget nos leva a compreender *como* e *por que* o indivíduo se comporta em determinada situação e idade, suas fases, desejos, raciocínio e princípios. Estudar o desenvolvimento humano é procurar entender o crescimento orgânico e mental do indivíduo com as estruturas e características próprias da sua idade. Piaget aponta o conhecimento das faixas etárias e o reconhecimento das individualidades, o que nos torna enquanto Orientadores Educacionais mais aptos a interpretar os comportamentos na escola. Compreender *o que* e *como* aconselhar, implica conhecer a criança que se trabalha, sua interação com o meio e suas reações afetivas e crescimento cognitivo.

Este trabalho está organizado em três capítulos, a saber, o primeiro que traz a historicidade do Serviço de Orientação Educacional e seu alcance na contemporaneidade; o segundo discorre sobre as concepções que subjazem a teoria sistêmica e o estudo da moral de Piaget e; o terceiro perpassa as relações entre teoria e prática profissional do serviço de Orientação Educacional. Todos os capítulos procuram tecer um viés no sentido de buscar significado à pesquisa e trazer conhecimento ao leitor.

## 1 A HISTORICIDADE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E SEU ALCANCE NA CONTEMPORANEIDADE

O período implementador e fase de sedimentação da Orientação Educacional foram de 1920 a 1941. O Liceu de Artes e Ofício de São Paulo contemplou em 1924 os primeiros trabalhos com o engenheiro Suíço Prof<sup>o</sup> Roberto Mange, contratado pelo governo brasileiro para atuar na Escola Politécnica de São Paulo no intuito de escolher e orientar estudantes matriculados naquela instituição. Em 1931, foi criado o primeiro Serviço Público de Orientação Profissional pelo Prof<sup>o</sup> Lourenço Filho que permaneceu no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, sob a direção da Prof<sup>a</sup> Noemi Silveira Rudolfer conforme consta,

Dentre todas as tentativas para implantação da orientação educacional no Brasil, uma das que mais marcaram foi a realizada por Aracy Muniz Freire, em 1934, na Escola Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro. Convém ressaltar que, durante muito tempo, existiu nas escolas brasileiras um sistema empírico de orientação. Registravam-se iniciativas isoladas, em reduzido número de escolas e outras instituições, mas foi na Escola Amaro Cavalcanti que realmente se instalou o primeiro serviço de Orientação Educacional, em 1939.<sup>2</sup>

Desde então muitas iniciativas foram tomadas na história. Em 1938 o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-INEP criou uma subdivisão, de âmbito nacional, para implantar a Orientação Educacional. Nesse período o trabalho era abrangente, partia desde o fracasso escolar até a fiscalização disciplinar e esteve, também, voltado à Orientação Profissional e a formação do indivíduo como um todo.

O período institucional da orientação foi de 1942 a 1960 caracterizado como exigência legal nos estabelecimentos de ensino. A Lei Orgânica do Ensino Industrial deu oficialmente no Brasil expressividade ao termo *Orientação Educacional* através do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 e do Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, introduziu-se a partir daí a Orientação Educacional no ensino secundário, comercial e agrícola.

Em 1952 surge o Manual do Trabalho dos Orientadores Educacionais conceituando as possibilidades, a função e o regime técnico-administrativo do cargo. O termo Orientação Educacional, como era convencionado nos manuais, inspirou-se em parte, na concepção americana, e em parte, na concepção francesa. No entanto,

---

<sup>2</sup> NÉRICI, G. Imídeo. *Introdução à orientação educacional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 28.

precisava-se de uma Orientação voltada à realidade brasileira. Logo, em 1957-1958-1960 foram feitos simpósios para discutir os rumos e a formação dos Orientadores Educacionais em curso de nível superior no Brasil e em 12 de março de 1958 o Ministério da Educação e Cultura através da Portaria nº 105 regulamenta o exercício da função de Orientador Educacional no Ensino Secundário e determina sua documentação na Divisão do Ensino Secundário.

Foi na Lei de Diretrizes e Bases-LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que se estabeleceram as normas para a constituição do Orientador de Educação no Ensino Médio e Primário e oportunizou ao profissional a aquisição de um caráter identificador de aptidões individuais e um caráter preventivo. Em continuidade, no ano de 1964 tem início no Instituto de Educação do Rio de Janeiro o primeiro curso de Orientadores Educacionais para o Ensino Primário, cuja turma formou-se em dezembro de 1966<sup>3</sup>. De 1961 a 1970 a Orientação Educacional teve seu período transformador caracterizado como ação educativa destacando-se a formação do Orientador Educacional.

A partir de 28 de dezembro de 1968, através da Lei nº 5.540, foi exigido o nível superior para o Orientador Educacional. Logo, o Conselho Federal de Educação, interpretando a Lei nº 5.564 de 1968, pelo Parecer nº 252, de 11 de abril de 1969 e da Resolução nº 269, de 12 de maio de 1969 estabeleceu sua formação em nível de graduação como uma das habilitações do Curso de Pedagogia e no Parecer nº 734, de 8 de outubro de 1969 estabeleceu-se a formação do Orientador em nível de pós-graduação.

Mas, a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas instituições educacionais chegou com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, Art. 10, onde consta que “Será instituída, obrigatoriamente, a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade”. Nela lei o Artigo 1º destaca os seguintes pontos:

- a orientação educacional é obrigatória;
- o aspecto vocacional é atribuído a orientação educacional e, portanto, a orientação educacional inclui a orientação vocacional;
- o papel de inter-relacionamento da orientação educacional é realizado por meio do entrosamento da escola com a família e a comunidade;

---

<sup>3</sup> NÉRICI, 1992, p. 31

- a orientação educacional é trabalho de planejamento, execução e avaliação junto aos demais membros da escola;
- é indispensável a ação integrada da orientação educacional com a orientação pedagógica e os demais educadores, para a formulação de uma filosofia básica da educação.

Mesmo com o crescimento de sua conceituação, o período de 1971 a 1990 se caracterizou pelo questionamento de suas práticas e seus valores deixando de ser uma ação neutra para se firmar enquanto ação efetiva na educação, a partir daí a atuação tem sido a favor da constituição de um indivíduo crítico e participativo na escola e em sua comunidade. Esse trabalho se firmou com os Congressos Brasileiros de Orientação Educacional–CBOE que aconteceram em 1970 (1º), 1976 (4º) e 1979 (5º) cujo tema foi “Novas perspectivas da Orientação Educacional”. Para completar, o Diário Oficial da República Federativa do Brasil publicou, no dia 05 de março de 1979, o Código de Ética dos Orientadores Educacionais:

O presente código de Ética tem por objetivo estabelecer normas de conduta profissional para os Orientadores Educacionais.  
Somente pode intitular-se Orientador Educacional e, nessa qualidade, exercer a profissão no Brasil, a pessoa legalmente habilitada, nos termos da legislação em vigor.

Foi, sem dúvida, uma grande conquista, a Orientação adquire novas dimensões e cresce nos diversos Estados brasileiros. Por exemplo, em 1990 a Secretaria de Educação de Brasília cria, no novo Regimento Interno, a Seção de Orientação Pedagógica-OP nº 10<sup>4</sup> que define a abrangência da ação do Orientador Educacional passando a ter instância própria dentro da rede pública de ensino com o Núcleo de Orientação Educacional (NOE).

Esse Núcleo teve como algumas de suas atribuições: coordenar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos Orientadores Educacionais da rede pública de ensino buscando divulgar e potencializar o trabalho. Mais adiante, em 2009, foi criado o Núcleo de Apoio Pedagógico e Orientação Educacional que passa a coordenar o trabalho dos Orientadores e das Equipes Especializadas de Apoio a Aprendizagem.

De acordo com Grinspun, o Brasil foi o primeiro país a ter a Orientação Educacional obrigatória por meio de documento legal, de acordo com a Orientação

---

<sup>4</sup> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Orientação Pedagógica do Serviço de Orientação Educacional-OP de 2010. Brasília-DF. p. 13.

Profissional do Serviço de Orientação Educacional o Orientador está autorizado a intervir nos diversos segmentos escolares:

Esse profissional conquistou seu próprio espaço de trabalho pedagógico ao focar sua ação no desenvolvimento de um educando crítico, participativo e responsável como cidadão, e desenvolve seu trabalho em parceria com a equipe gestora da instituição educacional – direção, supervisão e coordenação pedagógica -, com os/as professores/as, com a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, com o/a professor/a da sala de recursos, com a família e com a comunidade. Além disso, formaliza parcerias interna e externa à instituição educacional, a fim de tecer uma rede social e interinstitucional que colabore para o desenvolvimento integral do educando.<sup>5</sup>

Com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9.394/96 a Orientação Educacional confirmou sua perspectiva pedagógica focalizada no currículo, articulada nas atividades diárias da instituição educacional contribuindo inclusive para produzir e promover o Projeto Político Pedagógico. Segundo Grinspun<sup>6</sup> a história do SOE tem como berço a Orientação vocacional e seu desenvolvimento está vinculado à Psicologia desde o século XVI. O Orientador Educacional procurava por meio de testes psicotécnicos identificar aptidões correlacionadas às atividades específicas, mas com o passar do tempo seu conceito foi sendo elaborado no sentido de atender as demandas educacionais cada vez mais crescentes no mundo contemporâneo.

### 1.1 Cenários da atuação do Orientador Educacional no Brasil

Orientar significa “indicar a direção; nortear”<sup>7</sup>. Nortear não é simples, requer saber um caminho, exige preparo, informação, estudo qualificado das rotas, um amplo conhecimento e considerável dose de bom senso e criticidade. O Orientador Educacional norteia e interage com todos os segmentos para promover o estudante, participa, planeja, intervém e apóia. Para tanto, faz parte de sua formação os conhecimentos em Pedagogia, Antropologia, Filosofia e as contribuições de pensadores em Educação tais como, Morim, Carl Rogers, Emília Ferrero, Jean Piaget, Skinner, Ana Freud, Montessori, Durkheim, Pestalozzi, Rousseau dentre

<sup>5</sup> SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Orientação Pedagógica do Serviço de Orientação Educacional-OP de 2010. Brasília-DF. p. 14.

<sup>6</sup> GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. *O espaço filosófico da Orientação Educacional na realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

<sup>7</sup> Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 2.0a. Produzido e distribuído por Editora Objetiva LTDA em CD-ROM.

muitos outros. Também, acrescentam-se nesse corpo os diversos Orientadores Educacionais que estão estudando, trabalhando e fazendo parte dessa formação teórica/prática.

Juntamente com o conhecimento na área, o fazer pedagógico do profissional procura construir relações mais igualitárias e desenvolver ações que acompanhem o educando em sua complexidade. O Orientador se integra no trabalho coletivo ao mesmo tempo em que se concentra nos acompanhamentos individuais, procura tratar tudo com discrição ética visando a formação integral dos educandos, busca integrar na escola a comunidade e as redes sociais no sentido de promover o bem-estar, inclusão e a garantia de direitos enquanto cidadãos.

O Orientador Educacional participa da elaboração da Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico (PPP). Esse documento é organizador das ações escolares como um todo e instrumento que norteia o seu dia a dia, é o alicerce para o trabalho letivo, efetiva as ações pedagógicas além de estruturar as atividades docentes, da gestão e dos segmentos escolares incluindo os projetos e festividades da escola.

No Projeto Político Pedagógico estão delineadas as ações no sentido de impulsionar o processo educativo, sendo construído por todos os agentes escolares na busca da efetivação das aprendizagens e da veiculação do conhecimento, além da organização curricular e atividades extra-classe. Portanto, a Orientação Educacional tem como pressuposto a formação integral dos educandos articulada com todas as partes envolvidas no intuito de otimizar o trabalho, assim como promover a qualidade dessas atividades dentro do contexto em que a escola está inserida. Essas ações precisam ir em direção paralela ao contexto social, político e econômico da atualidade.

## **1.2 Conceituação da Orientação Educacional e suas atribuições no século XXI**

O que firma a Orientação Educacional numa base sólida é o foco centrado em suas competências, pois é justamente aí que o esforço em conceituá-la se faz complexo porque o trabalho é amplo. Suas atribuições são desenvolvidas por meio de Leis e Resoluções que definem a função do profissional em educação. A Lei que regulamenta a profissão e delimita suas atribuições como antes já vimos é a 5.564

de 21 de dezembro de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 72.846 de 26 de setembro de 1973 em seus Artigos 8º e 9º.

Nela, o ato de planejar, coordenar e implantar o Serviço de Orientação Educacional em nível de escola e comunidade é ação privativa do Orientador Educacional. E, além das instituições de ensino o trabalho pode ser efetivado junto aos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

A Lei também diz que o cumprimento de suas atribuições envolve coordenar a orientação profissional e a sondagem de interesses, aptidões e habilidades assim como sistematizar o intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando. Complementa que, os que precisam de especialistas em outras áreas devem ser encaminhados e acompanhados. A legislação afirma do mesmo modo que satisfeitas as exigências específicas do ensino o Orientador deve ministrar disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, supervisionar estágios e emitir pareceres sobre matérias concernentes à área.

Na forma da lei o Orientador participa do processo de identificação das características básicas da comunidade, assim como da elaboração do currículo pleno e precisa estar presente para fazer parte na constituição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos, avaliar e recuperar estudantes, colaborar no processo de encaminhamento dos estudantes estagiários, participar das ações de integração escola-família-comunidade e realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

No Regimento Escolar de 2009, das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal<sup>8</sup>, diz que dentro da organização pedagógica o Supervisor Pedagógico<sup>9</sup> acompanha diretamente os trabalhos tanto da Coordenação Pedagógica de cada segmento quanto o Serviço de Orientação Educacional-SOE, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem-SEAA, Sala de Recursos-SR e o Conselho de Classe. Esta assistência é necessária no sentido de possibilitar a integração dos trabalhos, cada um em suas especificidades.

---

<sup>8</sup> Capítulo IV, Seção II, Art. 19, 26 e 27.

<sup>9</sup> Artigo 19.

O Regimento diz também que a Orientação Educacional visa integrar-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, prevenção e superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do estudante, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, liberdade de expressão, orientação, opinião, democracia da participação e valorização do estudante como ser integral.

No Artigo 26 do mesmo, em seu Parágrafo único, dita que a Orientação Educacional precisa estar sob a responsabilidade de profissional habilitado para a função na forma da lei e suas atribuições<sup>10</sup> incluem planejar, implantar e implementar o serviço incorporando-o ao processo educativo global, na perspectiva de Educação Inclusiva e da Educação para a Diversidade, com ações integradas às demais instâncias pedagógicas da instituição educacional.

Sendo assim, o Orientador Educacional precisa conhecer a comunidade escolar e identificar suas possibilidades, interesses e necessidades e participar de todos os processos escolares inclusive da elaboração da Proposta Pedagógica promovendo ações que contribuam para a implantação e implementação das Orientações Curriculares em vigor a fim de que sua práxis possa dinamizar o currículo no fazer pedagógico.

Na Instituição Educacional o SOE trabalha no sentido de promover atividades pedagógicas para que os estudantes sejam orientados em sua formação acadêmica, profissional e pessoal, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, competências e responsabilidades. Seu papel social deverá ser desenvolvido no sentido de despertar o desejo de conhecer o mundo do trabalho e as novas tecnologias. A inserção do indivíduo na sociedade se dá através das possibilidades de empregabilidade e o SOE pode oferecer uma nova dimensão educativa à qualificação para o trabalho.

No conjunto de suas funções o SOE acompanha questões importantes como a análise e discussão junto ao corpo escolar sobre sistemas de avaliação, questões de evasão, repetência, normas disciplinares dentre outras, pois grande parte do fracasso escolar se dá em decorrência desses pontos básicos. Ao identificar as causas da evasão escolar, por exemplo, lidamos com uma série de insucessos na

---

<sup>10</sup> Artigo 27.

vida do estudante, muitos relacionados à família, outros a dificuldades de aprendizagem ou inadaptação escolar.

É por isso que a identificação e encaminhamento dos estudantes que apresentam queixas escolares são colocados no leque de atribuições em face da necessidade de uma assistência mais direta no sentido de ajustar ou criar condições para que o estudante se desenvolva. Com efeito o fazer cotidiano não acontece isoladamente, mas se torna ainda mais efetivo quando toma parte ativamente do processo de integração escola-família-comunidade e o Orientador é um elo de ligação entre escola e família. O canal de comunicação deve permanecer aberto para que tanto a escola quanto os pais possam ter a liberdade do diálogo.

Tal qual é o nível de assistência que o texto do Regimento Escolar inclui às atribuições do SOE a necessidade de apoiar e subsidiar os segmentos escolares tais como, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestre e participar com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional da identificação das causas que impedem o avanço do processo de ensino e de aprendizagem, e da promoção de alternativas que favoreçam a construção da cultura de sucesso escolar.

Também, sua abrangência se estende a fim de contribuir para a realização de ações integradas com a comunidade escolar no desenvolvimento de projetos na área da saúde, educação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas, meio ambiente, ética, cidadania, cultura de paz e outros priorizados pela instituição educacional efetivando projetos que visam influir na melhoria do processo educacional.

Enfim, os referidos artigos mencionam as atribuições e a importância da presença do Orientador Educacional no contexto escolar. Em todas as oportunidades o Orientador discute os assuntos relacionados aos estudantes encaminhados e reflete junto ao corpo docente as possibilidades de intervenção. Muitas vezes a influência do SOE dá novos rumos às atividades do professor e uma nova perspectiva à família que conta com a ajuda do profissional para ser canal entre a escola e seus filhos.

## 2 AS CONCEPÇÕES QUE SUBJAZEM À TEORIA SISTÊMICA E O ESTUDO DA MORAL DE PIAGET

As raízes da concepção sistêmica são complexas. Trata-se, não somente de desenvolver tecnologias no âmbito econômico, social e político ou transformar as características básicas de pensamento em todos os campos do conhecimento, mas entender suas influências dentro de cada subsistema. Sistema quer dizer conexão, interdependência, circularidade e retroação<sup>11</sup>.

A ideia acima foi disseminada a partir da “teoria geral dos sistemas” por Ludwig Von Bertalanffy, cientista e biólogo. Os primeiros enunciados de Bertalanffy datam de 1925 e partiu do princípio de que um organismo deveria ser visto em sua totalidade para entender a organização em seus vários níveis. Tal conceito estendeu-se por todos os campos da ciência penetrando na linguagem popular, política, engenharia e nos diferentes setores.

Entretanto, esse pensamento era contrário ao enfoque mecanicista da época. Bertalanffy passou a defender a concepção organísmica na Biologia onde acontecem interações e influências num sistema aberto<sup>12</sup>. Considerou o organismo como uma totalidade – ou um sistema - e viu como o principal objetivo das ciências biológicas a descoberta dos princípios de organização em seus vários níveis. Bertalanffy não percebia os seres vivos de forma isolada, mas agindo e interagindo em prol de uma estruturação, sofrendo e influenciando o ambiente. Um sistema “comporta-se não como simples conjunto de elementos independentes, mas como um todo coeso, inseparável e interdependente”<sup>13</sup>.

Paralelas ao surgimento da teoria sistêmica despontam três contribuições fundamentais: a teoria dos jogos de Von Neumann e Morgenstern, a Cibernética, de Wiener e a teoria da informação, de Shannon e Weaver. Os conceitos cibernéticos de retroalimentação (controle) influenciaram a tecnologia dos computadores como mecanismos de controle e informação que se constituem em parte da teoria geral dos sistemas. Calil considera a cibernética como a mais destacada ciência dos sistemas, mas que não deve ser confundida com a teoria geral dos sistemas. Para

---

<sup>11</sup> Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 2.0a.

<sup>12</sup> **Sistema aberto:** recebe do ambiente novos elementos, matéria-prima, energia, informação e devolve a ele produto do sistema.

<sup>13</sup> CALIL, V.L.L. *Terapia familiar e de casal*. São Paulo: Summus Editorial, 1987. p. 17.

compreender melhor a influência da cibernética nos sistemas que apresentam auto-regulação<sup>14</sup> Bertalanffy fez uma importante observação:

A cibernética é uma teoria dos sistemas de controle baseada na *comunicação* (transferência de informação) entre o sistema e o meio e dentro do sistema, e do controle (retroação) da função nos sistemas com respeito ao ambiente<sup>15</sup>.

A cibernética, conceito metafísico, vem do grego *Kybernetts*, que significa piloto e, *Kybernetike* que se traduz como a arte de pilotar navios e a de governar homens. Interessa-se pelo comando e se ocupa das transformações que de fato ocorrem nos comportamentos do sistema e não de hipóteses sobre as possíveis causas dessas mudanças, sempre numa ideia de globalidade.

Porém, é interessante observar que as partes de um sistema não se somam umas às outras, nem estão relacionadas uniteralmente, pois a noção de globalidade está ligada a uma relação circular. Então, o conceito principal não é de causalidade linear, mas de circularidade<sup>16</sup>. Esta é a base da teoria geral dos sistemas que tem seus estruturantes na Cibernética que, por sua vez, é o fundamento da Teoria Familiar Sistêmica, teoria esta que fundamenta uma série de estudos sobre família.

Baseado na teoria dos sistemas de Bertalanffy, Bateson<sup>17</sup> antropólogo e um dos pioneiros na compreensão do funcionamento da família propõe que a escola pode ser considerada um sistema aberto, devido ao movimento de seus membros *dentro e fora* que resulta em interação uns com os outros e com sistemas familiares e extrafamiliares, obtendo reciprocidade de informações, energia e material, “a escola e a família tendem a funcionar como um sistema total. As ações e os comportamentos de um dos membros influenciam e simultaneamente são influenciados pelos comportamentos de todos os outros”<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> **Auto-regulação:** é a capacidade de o próprio sistema corrigir desvios em sua trajetória, de modo a garantir o alcance de sua meta. A regulação, portanto, visa a sobrevivência dos sistemas e a manutenção de suas variáveis essenciais em níveis adequados.

<sup>15</sup> BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 41.

<sup>16</sup> **Circularidade, retroação ou feedback:** as partes de um sistema unem-se por meio de uma relação circular. Do ponto de vista sistêmico cada indivíduo afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas.

<sup>17</sup> BATESON Gregory, *Mente e natureza: a unidade necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

<sup>18</sup> POLITY, Elizabeth (Org.). *Psicopedagogia: um enfoque sistêmico: terapia familiar nas dificuldades de aprendizagem*. São Paulo: Vetor, 2004. p.42.

Bateson teve sua teoria particularmente adaptada para a instituição escolar, dizia que a família poderia ser semelhante a um sistema homeostático ou cibernético. A homeostasia consiste em uma seqüência padronizada de comportamentos de caráter repetitivo que garantem a organização familiar e que permitem um mínimo de possibilidade sobre a forma de agir de seus membros. Isto também acontece dentro do sistema escolar.

O termo *homeostasia* foi primeiramente utilizado em 1968 por Don Jackson então supervisor clínico e consultor psiquiátrico do projeto sobre comunicação desenvolvido por Bateson. Jackson descreveu a família como um sistema fechado de informações na qual, variações no comportamento de um membro, provocaria por meio de um processo de feedback modificação corretiva na resposta dada pelo sistema, introduziu-a como uma maneira de explicar a tendência das famílias em resistir às mudanças. No entanto, o *feedback* (ou retroalimentação) pode ser negativo ou positivo, não se trata de ser benéfico ou não mas refere-se a um estado, enfatiza, homeostático. Nichols e Schwartz<sup>19</sup> explica o conceito no âmbito familiar:

Quando aplicada à família, a cibernética concentrava a sua atenção em vários fenômenos: (1) as *regras familiares*, que governam a extensão dos comportamentos que o sistema familiar pode tolerar (isto é, a variação homeostática da família); (2) os processos de *retroalimentação negativa* que as famílias usam para fazer cumprir essas regras (por exemplo, culpa, mensagens, duplas, sintomas); (3) as *seqüências de interação familiar* em torno de um problema que caracterize a reação do sistema a ele (isto é, o movimento de retroalimentação em torno de um desvio) e; (4) o que acontece quando a retroalimentação negativa tradicional de um sistema é ineficaz, desencadeando *movimentos retroalimentadores positivos*.

A partir das ideias Bateson, dentre outros, desenvolveram-se várias escolas sistêmicas, tais como: Grupo de Palo Alto, Estrutural, Estratégica Breve, e Grupo de Milão, todas calcadas sobre o mesmo princípio – a teoria geral dos sistemas. Estas abordagens são utilizadas em terapia familiar e largamente estudadas nas áreas humanas. O comportamento familiar, regras, processos de retroalimentação e fronteiras familiares são largamente estudados dentro da Orientação Educacional.

No contexto da Orientação Educacional esta pesquisa veio abrir um importante leque de informação capaz de nortear os acompanhamentos feitos na

---

<sup>19</sup> NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. *Terapia familiar – conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 94.

escola junto às famílias, sendo a teoria sistêmica um elo consistente na compreensão das relações familiares e sua influência na vida do educando.

## **2.1 As escolas sistêmicas**

Na teoria sistêmica observa-se o indivíduo influenciando e sendo influenciado, reagindo e interagindo. O Orientador Educacional que se norteia na sistêmica observa as relações internas e externas e em como cada componente da família contribui para a manutenção do comportamento e a estabilidade do sistema. Cada escola sistêmica possui uma linha de ação mesmo tendo bebido todos da mesma fonte. O importante é que a mesma indica um direcionamento, um juízo dos problemas que acontecem e a compreensão das patologias individuais e grupais visando modificar o comportamento.

No entanto, não há como limitar-se numa só abordagem para efetivar as ações do SOE, somam-se os conhecimentos em outras áreas, prática e bom senso. A identificação com as teorias sistêmica e desenvolvimentista podem vir a orientar o acompanhamento escolar, mas certamente não será a única maneira de ver e assistir, as várias influências estarão sempre presentes e, quando bem apreendidas, podem enriquecer as possibilidades da intervenção.

### *2.2.1 O Grupo de Palo Alto*

A terapia familiar tomou vulto em Palo Alto (Califórnia, EUA) quando Bateson se juntou a terapeutas como Watzlawick, Satir, Minuchin, dentre outros, para desenvolver o projeto “Aprendendo para Aprender”. Partiram do estudo com esquizofrênicos e observou-se que os componentes da família usavam formas de comunicação especial. Em 1954 estas famílias também foram atendidas por Don Jackson que rejeitou a teoria psicanalítica e concentrou-se na dinâmica de intercâmbio entre as pessoas.

A análise da comunicação (aspectos cognitivos) sempre foi seu instrumento para o entendimento e o tratamento dos comportamentos, de modo que, o que se pensa influencia o que se faz. Jackson entendia os problemas humanos como interacionais e situacionais – a resolução envolvia uma mudança no contexto em que os problemas ocorriam.

O método de intervenção de Jackson era breve para prevenir dependência em relação à equipe, os debates eram abertos e o enfoque era sobre o problema. O alicerce das ideias de Jackson é a homeostasia. Isto lhe ocorreu ao ler os trabalhos de Laforgue em 1936 sobre esquizofrenia: definiu que a família era um sistema mantido por um equilíbrio interno que se denomina sistema homeostático.

Os estímulos que provêm do exterior, do ambiente, e aqueles que nascem no próprio interior do sistema afetam a sua estabilidade. É importante assinalar que em todos os sistemas abertos existem sempre tendências contrapostas à estabilidade e à mudança. Estes estímulos provocam uma necessidade de planejamento do caminho a ser seguido. Geralmente, os sistemas tentam manter um equilíbrio entre as tendências que produzem uma transformação e aquelas que tendem à manutenção da estabilidade, com a finalidade de conseguir uma homeostase, um equilíbrio que lhe permita “sobreviver”.<sup>20</sup>

O grupo de Palo Alto considerava que as seqüências repetitivas de comportamento dos membros de uma família eram mantidas durante longos períodos de tempo, regras que as determinavam e, que na família disfuncional<sup>21</sup> se tornavam ambíguas. Definiu, assim, que o objetivo da terapia ocupacional era clarificar as regras que determinavam os componentes familiares disfuncionais, completa Polity. Simultaneamente ao seu crescimento, o Grupo de Palo Alto diferenciou-se em outros trabalhos, cada um desses grupos tiveram pontos de vista importantes no que se refere ao andamento sistêmico da família.

### *2.2.2 O Enfoque Estrutural*

A abordagem estrutural na terapia familiar e, atualmente, um dos modelos essenciais para a sistêmica, propõe um quadro de possibilidades de leitura clara, bem definida e coerente. O criador desse modelo é o psiquiatra infantil Salvador Minuchin, nome que contribuiu sobremaneira para a terapia sistêmica em colaboração com Braulio Montalvo que também fez parte do projeto “Aprendendo a Aprender” coordenado por Bateson.

A teoria sistêmico-estrutural visa modificar a estrutura familiar, sua dinâmica e as experiências objetivas de cada participante sem, no entanto, explorar-lhe o

---

<sup>20</sup> BASSEDAS, Eulália et al. *Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico*. 3. ed. Trad. Beatriz Affonso Neves. Rev. Maria Carmem Barbosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 10.

<sup>21</sup> Quando as estruturas familiares estão afetadas por episódios que afetam o funcionamento dos membros dentro da família.

passado, a alteração do presente modifica automaticamente o futuro. Para Minuchin, o indivíduo é membro de um sistema social ao qual deve se adaptar às mudanças ocorridas na estrutura familiar, sendo que seus mecanismos contribuem para mudanças no comportamento e nos processos psíquicos internos dos membros do sistema. Nessa modalidade enfatiza-se a qualidade das fronteiras que delimitam a família e seus subsistemas. Minuchin elaborou uma abordagem teórica e clínica concreta e simples, considerada como a orientação mais amplamente utilizada atualmente no campo da terapia familiar.

Segundo a teoria estrutural, uma estrutura saudável para o organismo familiar requer fronteiras claras, particularmente fronteiras geracionais. Fronteiras obscuras (explicitamente rígidas ou explicitamente difusas) criam uma estrutura familiar disfuncional, onde uma manifestação é o membro sintomático da família. Se a falha estrutural é corrigida o organismo familiar retornará à saúde<sup>22</sup>.

Por causa disso, o Orientador Educacional observa as contradições trazidas pela família nas questões e anseios por ela elaborados, inconscientemente aponta o membro doente, nem sempre o estudante é o cerne que dificulta o andamento escolar ou emperra as relações entre escola e família. No enfoque sistêmico-estrutural o Orientador está basicamente interessado na proximidade dos membros da família uns com os outros, enfatiza a organização social existente no sistema familiar e os aspectos da temporalidade diferenciando-se das interações circulares da Cibernética que mantinham os problemas resultando em violações das fronteiras, alianças e coalizões inadequadas.

Para Minuchin a terapia familiar estrutural reagrupa um conjunto de teorias e de técnicas que abordam o indivíduo em seu contexto social. Os terapeutas que defendem essa corrente se propõem, antes de tudo, a modificar a organização da família – pois toda modificação da estrutura dos grupos familiares acarreta, aos olhos daqueles, uma mudança de posicionamento que é suficiente para transformar as experiências individuais dos membros desses grupos.

Para Elkin<sup>23</sup> o terapeuta estrutural, portanto, é um estrategista orientado para o presente. Ele não apenas é parte integrante do sistema terapêutico como ainda participa ativa e invasivamente do sistema familiar com a finalidade de

---

<sup>22</sup> NICHOLS; SHWARTZ, 1998, p.9.

<sup>23</sup> ELKIN *apud* NICHOLS; SHWARTZ, 1998.

modificá-lo: toma como sua a função de auxiliar o paciente identificando e posicionando sua família, favorecendo as transformações sistêmicas.

### 2.2.3 A terapia Estratégica Breve

Formulada por Watzlawick<sup>24</sup> e seus colegas do Mental Research Institute de Palo Alto. Fundamenta-se na premissa de que vários tipos de problemas trazidos pelo paciente ao terapeuta só persistem se forem mantidos pelo comportamento atual das pessoas que interagem com o paciente e seus problemas. Os problemas são vistos como dificuldade de interação e resultados de dificuldades cotidianas. Se a cadeia de interações que mantém o problema for eliminada o problema desaparecerá qualquer que seja sua natureza ou etiologia. Geralmente os terapeutas estratégicos breve vêm na arte a chave para mudanças pela qual poderão reformular a percepção de seus clientes quanto ao contexto de seus comportamentos.

Ao contrário do enfoque estrutural que visa à alteração nos padrões de interação do sistema familiar durante a sessão, o enfoque estratégico breve enfatiza a alteração dos mesmos no intervalo *entre* as sessões através da prescrição paradoxal. Essa abordagem realça o sintoma como sendo a unidade a ser focalizada, não a família. Portanto, ao contrário do enfoque estrutural, os terapeutas estratégicos breve não se preocupam em ver todos os membros da família, eles preferem atuar terapeuticamente com indivíduos ou subsistemas separadamente, para maximizar mudanças<sup>25</sup>.

### 2.2.4 O Grupo de Milão

O Grupo de Milão foi influenciado pelo Grupo de Palo Alto, desenvolveu uma abordagem terapêutica e teórica suficientemente distinta para ser considerada uma escola com características próprias. O Grupo de Milão representa o pensamento sistêmico aplicado à família, dá importância aos componentes paradoxais existentes os conceitos de transformação e homeostase do sistema familiar.

---

<sup>24</sup> NICHOLS; SHWARTZ, 1998, p.10.

<sup>25</sup> CALIL, 1987, p. 18.

O grupo foi fundado com o propósito de atender crianças severamente transtornadas junto com suas famílias. Sua orientação era psicanalítica, porém tiveram dificuldades em aplicar a psicanálise. Baseados no modelo Cibernético e da Comunicação confiavam que a família era um sistema autocorretivo e autogovernado por regras de convivência construídas durante o tempo por ensaio e erro.

Fundado em 1967 por Mara Selvino Palazzoli e sua equipe, Luigi Boscolo, Gianfrancesco Cecchin e Giuliana Prata, o Centro Per Lo Studio Della Famiglia rompeu com o Grupo de Palo Alto e trabalhou dentro da estrutura sistêmica e construíram a *conotação positiva* onde o terapeuta indicava à família que o problema seria, no contexto, lógico e significativo. O grupo introduziu a elaboração de *hipóteses* (processo de avaliação), o *questionamento* como uma espécie de intervenção (entrevista) e a neutralidade na postura terapêutica.

## **2.2 A família e sua organização social segundo o modelo sistêmico**

Cada família possui um modelo de organização específico, uma característica própria que se desenvolve em suas interações e que são respeitadas através de suas fronteiras. Estas fronteiras podem ser permeáveis ou não. Quando impermeáveis não há fluxo de informações tornando-se fechadas ao contato externo, e quando muito abertas podem ocorrer perda de identidade e confusão de papéis e ausência de autonomia. Segundo Calil o ideal seria a semipermeabilidade, que consente a substituição de comportamentos por outros ao mesmo tempo, que se assegura diferenciação dos subsistemas e dos membros que o constituem. O autor afirma que:

No interior de uma família nuclear intacta encontramos os subsistemas dos pais, dos esposos, dos filhos e dos irmãos. Cada um desses subgrupos possui tarefas específicas dentro da família. Por exemplo, cabe aos cônjuges funcionarem juntos no que concerte a tomar decisões, preencher necessidades de interdependência – sexuais e muitas outras necessidades que um casal possua. Ao subgrupo composto pelos pais, juntos, e através de um relacionamento individual com cada um dos filhos, cabe ensinar cuidados físicos, ensinar relações familiares tais como desenvolvimento de amor, respeito à individualidade, solidariedade, desenvolvimento das características psicológicas de cada sexo e reflexões sobre os sentimentos de inveja e ciúme. Cabe também aos pais ensinar atividades produtivas e

recreativas, ensinar o desenvolvimento profissional, e como formar e consolidar uma nova família<sup>26</sup>.

Os papéis podem ser desempenhados por outros membros familiares desde que delimitem as funções de cada um dentro dos processos interacionais *dentro de* e *entre* todos os níveis de organização social. A família interage com outros sistemas tais como, os outros membros familiares, trabalho, escola, religião etc. Dentro da família encontramos os pais, filhos e esposos, estes possuem tarefas específicas e funcionam no sentido de preencherem necessidades uns dos outros tanto no cuidado físico como na transmissão de afetos e valores.

Considera-se uma família funcional aquela que possui uma forte ligação entre os pais que através da ajuda e contentamento dos membros cuida das necessidades existentes e cujos casais são maleáveis ao lidar com conflitos, sempre utilizando diferentes formas de agir em momentos diversos. Quando existem conflitos de casamento, a solidão e a distância pode refletir e levar a disfunções físicas ou psicológicas. No caso, a Teoria da Comunicação revela que não existe mensagem simples, os conflitos são constantemente expostos através de mensagens verbais e não-verbais que provocam o reforçamento ou a modificação no padrão de comunicação, isso define o tipo de interação existente entre os cônjuges.

Segundo o modelo sistêmico Don Jackson descreve três modalidades básicas de comunicação entre duas pessoas: 1) complementar; 2) simétrica; 3) recíproca. O autor diz que estas modalidades de comunicação são baseadas nos ciclos de interação auto-reforçadores observados em 1935 por Gregory Bateson na sociedade Latmul, na Nova Guiné, e complementa que “nessa sociedade Bateson observou que as ações de **A** provocaram uma resposta de **B** que, por sua vez, causaram uma resposta ainda mais intensa por parte de **A**”.

Esta modalidade complementar se caracteriza ao fato de as ações autogeradoras basearem-se essencialmente na maximização da diferença, como por exemplo, no ciclo dominância-submissão ou ajuda-dependência, a simétrica é caracterizada por igualdade e minimização da diferença, como ocorre no caso de rivalidade e competição e a recíproca é considerada pelo respeito mútuo e confiança no respeito ao outro.

---

<sup>26</sup> CALIL, 1987, p. 22.

De acordo com a dinâmica circular esquematizam-se categorias tais como a complementar e a simétrica onde os parceiros tendem a refletir o comportamento um do outro, a conduta de um complementa a do outro, por exemplo, um se comporta imperativamente e o outro responde com submissão. As interações saudáveis podem ser encontradas na comunicação simétrica ou complementar, mas podem também tornar-se rígidas e produzir distúrbios.

Estudos permitem avaliar a existência de membros com patologias dentro da família e considerados doentes apresentando “sintomas” que demonstrarão algum tipo de distúrbio existente e que pode estar sendo gerado por outro membro. Isto é a ideia de circularidade em oposição à linearidade causal como já foi dito, o todo não possui começo nem fim, todas as partes de um organismo formam um círculo<sup>27</sup>. Calil afirma que

A ideia Central dessa escola é ser o doente, ou membro sintomático, apenas um representante circunstancial de alguma disfunção no sistema familiar. Tradicionalmente o distúrbio mental se engendra e se manifesta por força de conflitos internos; tem a sua origem no próprio indivíduo. O modelo sistêmico, por outro lado, enfatiza o distúrbio mental como a expressão de padrões inadequados de interação no interior da família<sup>28</sup>.

Essa afirmativa tem como base a teoria de Von Bertalanfy e em sua ramificação, a cibernética. Na família os elementos envolvidos podem ser analisados pela sua organização, relações e informações. Calil percebe que a existência de um problema num dos membros da família é sinal de que as relações não vão bem e precisam ser observadas no todo. A manifestação de padrões impróprios de trocas é a ideia de que o indivíduo está encontrando formas de reagir oferecendo material suficiente para identificação de problemas em outros membros familiares e que resulta em seu comportamento doentio.

### **2.3 Jean Piaget e sua teoria**

Um grande nome na área do desenvolvimento humano é Jean William Fritz Piaget. Nasceu em 9 de agosto de 1896 em Neuchâtel, Suíça e morreu em Genebra, Suíça aos 16 de Setembro de 1980 aos 84 anos. Estudou Biologia na Universidade de Genebra, transpôs seu foco de estudo para a filosofia e mais tarde

---

<sup>27</sup> Sócrates *apud* CALIL, 1987, p. 17.

<sup>28</sup> CALIL, 1987, p. 17.

à psicologia, tendo o seu interesse maior o desenvolvimento cognitivo recebendo o reconhecimento como um epistemólogo genético.

Mesmo não sendo psicólogo ou pedagogo de formação Piaget ganhou o respeito dos psicólogos e educadores do mundo inteiro. Dedicou 60 anos de sua vida estudando o desenvolvimento infantil e em como o conhecimento é adquirido pela criança. Seu trabalho sistematizado juntamente com outros teóricos maturacionistas nos forneceu subsídios que pautam ações no sistema de ensino no Brasil tais como o ensino em Série ou Ano conforme a idade e cognitivo da criança, base esta versada nos estágios infantis. Wadsworth faz um importante comentário sobre sua vida:

Seu trabalho intenso em biologia o conduziu à conclusão de que o desenvolvimento biológico não era devido apenas à maturação (e hereditariedade), mas também as variáveis do ambiente. Em sucessivas gerações de moluscos, ele observou certas mudanças estruturais que somente poderiam ser atribuídas à mudança de lagos grandes com muitas ondas a lagos pequeno com poucas ou nenhuma onda. Tais observações convenceram Piaget de que o desenvolvimento biológico era um processo de adaptação ao meio; ele não poderia ser explicado apenas por maturação (Piaget 192b, p.250). Estas experiências e convicções contribuíram com a visão posterior de Piaget sobre o desenvolvimento mental, basicamente, como um processo de adaptação ao meio e uma extensão do desenvolvimento biológico<sup>29</sup>.

Sem pretensões há de se fazer um paralelo dos estudos de Piaget à sistêmica onde as partes têm influência no todo e não casualmente citada a teoria sistêmica teve como berço a biologia. Piaget também desenvolveu seus estudos a partir da biologia, da vida e seu desenvolvimento, de sua vertente psicológica e seus experimentos. Embora Piaget não tenha focado conceitos como retroalimentação ou circularidade deixou claro que o indivíduo precisa ser observado em seu meio, influencia e é influenciado através das experiências e conforme seu desenvolvimento biológico.

Piaget citou Bertalanffy em seus escritos do ponto de vista das organizações e regulações no aspecto adaptativo do sistema nervoso no sistema embrionário<sup>30</sup> e disse que “todo o organismo constitui um sistema aberto, no sentido de Bertalanffy, quer dizer, só se conserva através de trocas constantes com o meio quanto às

---

<sup>29</sup> WADSWORTH, Barry J. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget*. 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1997. p. 6.

<sup>30</sup> PIAGET, Jean. *Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 249.

necessidades de nutrição e de proteção contra os predadores”<sup>31</sup>, isso para entendermos a influência de Bertalanffy sobre Piaget. Em sua vertente teórica Piaget sofreu críticas por parte de Furth:

A teoria de Piaget é amplamente criticada, mesmo por autores simpáticos à sua perspectiva construtivista, por negligenciar os componentes sociais e emocionais. Num sentido superficial esta crítica é justificada. O primeiro objetivo de Piaget foi claramente concentrar-se nas categorias da lógica necessária e explorar sua derivação da biologia (psicogênese), e essas categorias – em si mesmas – são universais, isto é, são as mesmas independente de contextos sociais ou emocionais<sup>32</sup>.

Segundo Piaget o estudo do desenvolvimento humano ganhou corpo a partir da observação do indivíduo inserido num grande contexto que demanda em adaptação e, conseqüentemente, envolve os conceitos de assimilação e acomodação como diz, “a inteligência é uma adaptação – é assimilação, pois incorpora dados da experiência do indivíduo e, ao mesmo tempo, acomodação, uma vez que o sujeito modifica suas estruturas mentais para incorporar os novos elementos da experiência”<sup>33</sup> necessários para o aprendizado.

Embora Piaget em sua linha cognitivista interessava-se basicamente em como o conhecimento era adquirido pela criança, não pôde deixar de lado o seu aspecto social e prático mesmo diante de críticas que enfatizam essa ausência conceitual em seus estudos. Piaget progredia utilizando o método experimental como instrumento de pesquisa, o contexto behaviorista era o que reinava naquela época. Piaget declarou:

Afinal encontrei meu campo de pesquisa. Antes de tudo, ficou claro, para mim, que a teoria das relações entre o todo e as partes pode ser estudada experimentalmente, através da análise do processo psicológico subjacente às operações lógicas (raciocínio lógico). Isto marcou o fim do meu período “teórico” e o início de uma fase indutiva e experimental no campo da psicologia que eu sempre quis entender, mas para o qual, até então, eu não tinha encontrado os problemas apropriados<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> PIAGET, Jean. *Comportamento motriz da evolução*. Trad. Olga Magalhães. Portugal:RÉS. Coleção substância. [entre 1990 e 2010], p 31.

<sup>32</sup> FURTH, Hans G. *Conhecimento como desejo* – um ensaio sobre Freud e Piaget. Trad. Dante Coutinho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 146.

<sup>33</sup> BOCK, Ana Mercês Bahia et tal. *Psicologias* – uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 127.

<sup>34</sup> WADSWORTH, 1997, p.7.

A Biologia trouxe à Piaget grandes significados, a influência múltipla entre o ambiente e os moluscos o impressionou no sentido de que “a mente e o corpo não funcional independentemente um do outro e que a atividade mental submete-se as mesmas leis que ordinariamente governam a atividade biológica”<sup>35</sup>.

Assim, interação e construção caminham juntas no trabalho auto-regulador do conhecimento, observações necessárias para auxiliar a pesquisa do desenvolvimento intelectual. “Ambas as atividades, intelectual e biológica, são partes do processo global através do qual o organismo adapta-se ao meio e organiza as experiências”<sup>36</sup>. A inferência ao desenvolvimento cognitivo é de primordial importância para o Orientador Educacional e disto trataremos um pouco mais adiante. Piaget entende como comportamento:

O conjunto das ações que os organismos exercem sobre o meio exterior para modificarem os seus estados ou para transformarem a sua própria situação, em relação a esse meio: por exemplo, a procura de alimentação, a construção de um ninho, a utilização de um instrumento, etc. começando por consistir apenas em condutas senso-motrices (percepções e movimentos combinados), o comportamento tende para interiorizações representativas, como no caso da inteligência humana em que as ações se prolongam em operações mentais<sup>37</sup>.

Além de seu enfoque sobre o desenvolvimento cognitivo Piaget coloca o papel da afetividade no cerne de seus estudos, suas colocações sobre as fases do desenvolvimento são disseminadas em diversos livros e citações. Ao nos aprofundarmos em suas pesquisas percebemos sua amplitude e de como podemos ir além das questões sociais, inteligência e pensamento psicológico da criança.

Uma das bases da construção do sistema Piagetiano diz que o desenvolvimento cognitivo ocorre quando a criança atua em seu meio ambiente. O ambiente é determinante, mas o que é mais determinante é a interação da criança em seu meio - a troca, diz que “sem uma psicologia precisa das relações das crianças entre si e delas com os adultos, toda discussão sobre os procedimentos de educação moral resulta estéril”<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> WADSWORTH, 1997, p.15.

<sup>36</sup> WADSWORTH, 1997, p.16.

<sup>37</sup> PIAGET, Jean. *Comportamento motriz da evolução*. Trad. Olga Magalhães. Portugal:RÉS. Coleção substância. [entre 1990 e 2010], p. 5.

<sup>38</sup> PIAGET, Jean et al. *Cinco estudos de educação moral*. Org. Lino de Macedo. Trad. Maria Suzana de Stefano Menin São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996 (Coleção psicologia e educação).p. 2.

## 2.4 A educação moral na criança segundo Piaget

Piaget desdobra um leque de conhecimentos concernentes às regras capaz de acrescentar propósitos a mais na Orientação Educacional, “do ponto de vista moral, substitui as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e à própria consciência”<sup>39</sup>, traduz que devemos ir além da dimensão desenvolvimentista no sentido biológico/maturacionista. Uma realidade social e outra moral devem ser levadas em conta na compreensão de um ser humano em sua completude. É um esforço no sentido de entender como a criança percebe suas obrigações sociais e os valores morais em geral. Seus estudos sobre o Juízo Moral da criança foram publicados pela primeira vez no ano de 1932: “Piaget aí analisava as atitudes verbais das crianças em relação às regras do jogo, à distração, à mentira e ao roubo e explorava muitos aspectos da noção de justiça das crianças”<sup>40</sup>.

Quando se fala em moral fala-se em assimilação de verdade e mentira, justiça e injustiça, de respeito e desrespeito às regras recebidas de fora, os julgamentos de valor, os deveres e o valor a eles atribuídos. Piaget utiliza um parâmetro de que a obediência é o fim do bem e que os princípios devem ser cumpridos resultando a ideia de responsabilidade pessoal. Com isso é possível a criança avaliar os atos através de regras estabelecidas na sociedade. A consciência do bem na criança é a primeira condição da vida moral ao chegar ao estágio de reflexão e de formulação das ideias.

Piaget continua dizendo que a tomada de consciência por parte da criança é uma produção sempre edificada sobre as construções advindas da ação. Esta conclusão foi obtida quando as crianças julgavam as histórias que lhe contavam de acordo com os princípios da responsabilidade objetiva<sup>41</sup> avaliando suas recordações pessoais segundo critérios da responsabilidade subjetiva. Fundamentalmente a questão é o respeito às regras e o estabelecimento existente entre o discernimento e a consideração às normas e sua execução. Neste último caso as experimentou no jogo de bolinhas de gude, que mesmo sem regras formais as crianças

---

<sup>39</sup> Primeira tradução em francês em 1932 e para a Língua Portuguesa em 1977. p. 94.

<sup>40</sup> DUSKA, Ronald; WHELAN, Mariellen. *O desenvolvimento moral na idade evolutiva: um guia a Piaget e Kohlberg*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 20.

<sup>41</sup> “*Responsabilidade objetiva*: o ato é avaliado em função do seu grau de conformidade material com a lei e não em função das más intenções de violar a lei ou de encontrar-se a boa intenção, de modo involuntário, em conflito com a lei”. PIAGET & INHELDER, Bärbel. *A psicologia da criança*. 3. ed. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Difel, 2007. p. 113.

estabeleceram entre si um diálogo sobre suas normas, agiram e reagiram sem esperar recompensas ou sanções disciplinares. Em cada estágio houve uma determinada reação a brincadeira e o cumprimento as regras das mesmas.

Quanto à moralidade descrita Duska e Whelan dizem que o fato acontece no decurso da vida que “o crescimento moral é um processo evolutivo; não é um processo de *imprinting* das regras e das virtudes através da modelagem, do ensino, da punição e da recompensa, mas um processo de reestruturação cognitiva”<sup>42</sup>. Esta colocação nos leva a refletir o papel do SOE no incentivo à qualidade moral da criança com quem trabalha. Dentro dessa perspectiva os autores fundamentam-se sobre três aspectos:

- 1) O desenvolvimento implica transformações na forma, no tipo e na organização de uma resposta.
- 2) O desenvolvimento é o resultado de um processo de interação entre as estruturas, o organismo e o ambiente.
- 3) O desenvolvimento tende sempre a um maior equilíbrio na interação organismo-ambiente.<sup>43</sup>

Crescer moralmente implica mudança de raciocínio “a qualidade do ambiente social exerce uma influência significativa sobre o ritmo e sobre o nível do desenvolvimento que a pessoa alcança”<sup>44</sup>. Os autores colocam a ideia de que uma pessoa pode trazer para si raciocínios de outras pessoas em estágios mais avançados do que o seu, mas o contrário também pode acontecer, essa propriedade esclarece o poder da discussão de grupo sobre problemas morais em que os membros, em diferentes estágios de desenvolvimento dialogam sobre suas opiniões contraditórias.

A posição dos autores é um norte para a ação do Orientador Educacional ao lidar com as questões do certo e do errado sem ditar sermões moralistas com o objetivo de levar o indivíduo a uma mudança de postura através do seu próprio raciocínio e vontade. Um aspecto relevante desse pensamento é o desenvolvimento da empatia onde Duska e Whelan dizem que os profissionais devem,

- 1) Sentar-se e discutir com o adolescente os efeitos de suas ações irresponsáveis sobre a família ou classe.

---

<sup>42</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 103.

<sup>43</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 103.

<sup>44</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 104.

- 2) Ajudar a criança a tomar decisões, estimulando-a a considerar os sentimentos daqueles que serão atingidos por tais decisões.
- 3) Os adultos devem partilhar com as crianças e adolescentes os seus sentimentos sobre acontecimentos que lhes causaram impacto.
- 4) Ajudar os adolescentes a esclarecer os próprios sentimentos sobre tais acontecimentos.
- 5) Reconhecer e discutir com os adolescentes as ocasiões nas quais suas ações ou sua presença foram fonte de alegria, prazer, motivação e conforto.<sup>45</sup>

Esse modelo prático de estabelecimento de empatia com a criança ou adolescente o leva a pensar em suas atitudes e o transforma não somente em seu meio escolar, mas na família e em suas relações. Através dessas reflexões e dentro do seu estágio de desenvolvimento as crianças compreendem quando há a ruptura dessas regras, aprendem a ter voz ativa e crítica quanto as suas próprias ações, valorizam a criação de regras de conduta que promovem em seu meio uma relação de respeito aos sentimentos do outro, isso gera responsabilidade social e cria uma noção de pertencimento.

## 2.5 Compreendendo as idades no âmbito das relações

O desenvolvimento maturacional caminha na intencionalidade deste trabalho quanto à observação das individualidades infantis e sua influência nos relacionamentos. Essa perspectiva proporciona ao Orientador a capacidade de discernir com mais efetividade as queixas apresentadas ao SOE. Importa observar a qualidade do pensamento infantil e seu desenvolvimento biopsicossocial que afeta significativamente sua compreensão de valor e de mundo. Para explicar esta questão, Piaget se aprofundou na lingüística e a lógica das idades, diz que "...parece que na criança, como em nós adultos, a linguagem serve ao indivíduo para comunicar seus pensamentos"<sup>46</sup>. Porém, a interpretação não é simples segundo afirma, a criança brinca e fala sozinha, nela a linguagem não se reduz a função exclusiva de comunicar o pensamento, cada idade procura passar uma mensagem distinta e própria.

---

<sup>45</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 108.

<sup>46</sup> PIAGET, Jean. *A linguagem e o pensamento da criança*. 5. ed. Trad. Manuel Campos, revisão e tradução do texto final Marina Appenzeller e Aurea Regina Sartori. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção psicologia e pedagogia. Nova série). p. 1.

Por exemplo, para Piaget a linguagem da criança de 6 anos é egocêntrica<sup>47</sup>, costuma falar de si mesma e não se conduz no ponto de vista da pessoa com quem conversa, quer apenas defender seus interesses e ser compreendida. Piaget divide a linguagem egocêntrica da criança em três categorias, a *repetição (ecolalia)*, o *monólogo* e o *monólogo a dois* ou *coletivo*. O autor observa:

Deste modo, entre 6 e os 7 anos, quando se dá uma explicação a uma criança e se pede que a repita, ela imagina imediatamente que descobriu sozinha o que, na realidade, apenas repete. Aqui a imitação é perfeitamente inconsciente, como pudemos observar inúmeras vezes<sup>48</sup>.

Na linguagem o funcionamento do monólogo tem como cunho geral a ausência de função social das palavras. Piaget diz que “em um sentido o monólogo deve-se apenas a uma repercussão das palavras aprendidas em função dos outros [...] perpetuamente vítima de confusões entre seu próprio ponto de vista e o dos outros”<sup>49</sup>. E, é nas brincadeiras que estas questões são observadas com maior propriedade, é nas distrações infantis e solitárias que elas pensam em voz alta, determinam condutas ao seu redor, às coisas e pessoas de forma ilusória e espontânea. A criança sente tanta satisfação no monólogo que esquece o que está à sua volta e fala consideravelmente.

Classificamos aqui essas duas variedades da mesma categoria: o monólogo. É notável que o monólogo tenha ainda uma grande importância entre 6 e 7 anos. A criança dessa idade monologa mesmo quando está em companhia de outras crianças, como nas classes em que estivemos trabalhando. Pode-se ver em certos momentos uma dezena de crianças, cada qual em sua mesa ou grupos de duas ou três, falarem consigo mesmas, sem se preocupar com o vizinho<sup>50</sup>.

No monólogo coletivo a criança acredita atrair o interesse dos outros para si e seu pensamento. Piaget, no entanto, diz que a criança não “consegue fazer-se escutar pelos interlocutores, porque não se dirige realmente a eles”<sup>51</sup>. Os Orientadores, Psicopedagogos, Psicólogos e Neuropediatras observam esse comportamento, pois têm valor na compreensão da criança. O autor diz que

---

<sup>47</sup> Entende-se por egocentrismo como “que exhibe atitudes ou comportamentos voltados para si mesmo, de modo relativamente insensível às preocupações dos outros (diz-se de indivíduo). segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss.

<sup>48</sup> PIAGET, 1989, p. 9.

<sup>49</sup> PIAGET, 1989, p.13.

<sup>50</sup> PIAGET, 1989, p.10.

<sup>51</sup> PIAGET, 1989, p.13.

provavelmente aí se encontra a diferença entre o pensamento adulto capaz de intimidade no grupo. O pensamento infantil egocêntrico é incapaz de uma qualidade maior quanto à proximidade.

Na idade de 6 a 8 anos o interesse da criança é compreender a maneira com que se comporta socialmente. Piaget procura aprimorar-se na compreensão da dinâmica, se elas falam e escutam e se elas se compreendem mutuamente, diz que “a criança tem mil maneiras de reagir como se compreendesse. [...] pode reagir como se não compreendesse, fabulando, por exemplo, quando a interrogamos, embora haja compreendido muito bem”<sup>52</sup>. Esse é um dilema do SOE: dentro da escuta, é difícil, por exemplo, compreender o raciocínio infantil nessa idade quando se questiona um grupo de crianças para saber quem foi o causador de travessuras infantis ou de violência. Piaget diz que a criança não dá esclarecimentos ou evidências espontâneas aos seus semelhantes, mesmo quando idealizada para si, isso porque sua linguagem é ainda voltada para ela:

As crianças estão perpetuamente rodeadas de adultos que não somente sabem mais do que elas, como fazem tudo para compreendê-las tão bem quanto possível, antecipando-se mesmo a seus desejos e pensamentos. As crianças, portanto, quer estudem ou não, quer formulem desejos ou se sintam culpadas, têm perpetuamente a impressão de que os outros lêem seu pensamento, ou até, em casos extremos, de que lhes roubam seus pensamentos. É este fenômeno sem dúvida que vamos reencontrar na psicologia dos esquizofrênicos e em outras formas patológicas. É a essa mentalidade, evidentemente, que se deve o fato de as crianças não se darem ao trabalho de explicar claramente, de não se darem nem mesmo ao trabalho de falar, persuadidas que estão de que o interlocutor sabe tanto (ou mais) quanto elas, e que ele compreende imediatamente do que se trata<sup>53</sup>.

Piaget diz que nessa fase o egocentrismo deve ser levado em consideração, pois as crianças ainda estão menos imbuídas de verbalismo do que as idades seguintes. No período há presença de explicações sem a preocupação de ordem narrativa e são raramente expressas as vinculações motivacionais. Para compreender suas colocações é preciso situar o diálogo no tempo e espaço dos acontecimentos. Se deixarmos que a criança fale espontaneamente sobre o ocorrido certamente teremos dificuldade em compreender a ordem das ocorrências. A criança sabe a ordem desses fatos, mas quando fala não confere destaque a essa ordem.

---

<sup>52</sup> PIAGET, 1989, p.89.

<sup>53</sup> PIAGET, 1989, p.108.

O explicador parece não se preocupar com o *como* dos acontecimentos que expõe, ou pelo menos não atribui a esses acontecimentos razões completas; em suma, a narração das crianças enfatiza os próprios acontecimentos e não as ligações de tempo (ordem) ou a causa que os unem. Esses fatores se relacionam provavelmente com o egocentrismo em graus diferentes.<sup>54</sup>

Piaget continua dizendo que isto acontece pelo fato de que aquele que explica fala mais sobre si mesmo que para o interlocutor, ou porque o explicador não tem o hábito de manifestar seu pensamento aos seus semelhantes, ou de falar socialmente. O Orientador deve respeitar as narrativas e procurar compreender a ordem lógica do diálogo. Piaget diz:

Ora, é em grande parte graças à preocupação de clareza e ao cuidado com que evitamos a incompreensão dos outros que fazemos nossas exposições numa determinada ordem lógica, que corresponde ou não à ordem natural. Se a criança, desde o início, acredita ser compreendida pelo interlocutor, não terá nenhum cuidado em dispor suas proposições numa ordem ou noutra; saltará de ponto em ponto, ao sabor de suas associações de ideias, sem preocupação nem de ordem natural nem, sobretudo, de ordem lógica. Supõe que a ordem natural seja conhecida do seu interlocutor, e acha a ordem lógica inútil<sup>55</sup>.

É fácil para as crianças “acreditarem compreender e escutar os outros, mesmo quando isso não acontece”<sup>56</sup>. Piaget diz que há entendimento entre duas crianças apenas na medida em que há encontro de ‘esquemas mentais idênticos’ e já existentes em cada uma. Em outras palavras, quando o explicador e seu interlocutor tiveram, ou têm no momento da experiência, preocupações e ideias comuns, cada palavra do explicador é compreendida, por que se insere, em relação ao interlocutor, em um esquema já existente e bem definido; quando duas crianças procuram explicar algo em comum com suas experiências continua na realidade a pensar sempre em si mesmas.

Mais adiante, na construção da idade de 9 a 11 anos encontramos nos estudos de Piaget o sincretismo do raciocínio. Nessa fase há necessidade de justificativas a qualquer preço, tem caráter subjetivo para a criança, são os mecanismos da compreensão infantil. Quando a criança escuta algo, faz um esforço “não tanto para adaptar-se nem para entrar no pensamento do outro, mas para

---

<sup>54</sup> PIAGET, 1989, p.112.

<sup>55</sup> PIAGET, 1989, p.113.

<sup>56</sup> PIAGET, 1989, p.121.

assimilar, ao seu ponto de vista e ao seu cabedal anterior, tudo que é dito”<sup>57</sup>.  
Traduz-se então que,

Pode-se acreditar que o pensamento egocêntrico, que produz os fenômenos de sincretismo, está mais próximo do pensamento autístico e do sonho do que do pensamento lógico. Os fatos que acabamos de descrever apresentam, com efeito, vários aspectos que se assemelham ao sonho ou devaneio: aproximações verbais, até trocadilhos, e sobretudo essa maneira de deixar flutuar o pensamento ao sabor das associações livres, até que uma aproximação se produza entre duas proposições que nada têm de comum à primeira vista<sup>58</sup>.

Não há, para a criança, qualquer *por que* que deva ficar sem resposta. Uma criança pode dizer *não sei* para se livrar de nós, mas só muito tarde (aos 11 ou 12 anos) ela dirá *não dá para saber* completa Piaget. Para o Orientador Educacional a observação das questões de idade serve para complementar o seu trabalho no sentido de unir as informações obtidas para o acompanhamento pedagógico e a compreensão das diversas situações que envolvem as crianças e suas famílias. Os aspectos da teoria piagetiana no tocante à moral da criança fornecem elementos para tal e são adequadas à busca da equidade e aplicação de suas intervenções.

A observação das idades e fases de desenvolvimento é importante para o acompanhamento dos diversos problemas escolares como, déficit de aprendizagem, disgrafia, dislalia, discalculia, inadaptação ao ambiente, violência dentre outros que devem ser analisados dentro do universo de acompanhamento escolar, principalmente o individualizado. Não se pode desassociar os problemas humanos de seus momentos de vida, meio e fases.

Nesse caso, a busca se faz mais intensa para entender o que a psicologia também procura compreender: o ser humano em seus diversos ângulos. Esse estudo abre um leque no conhecimento humanístico em sua essência na visão dos diversos autores na área. Por isso, optou-se pelo rigor científico dos estudos de Jean Piaget para aprofundamento da questão moral, sociológica e desenvolvimentista neste trabalho de pesquisa.

---

<sup>57</sup> PIAGET, 1989, p.147.

<sup>58</sup> PIAGET, 1989, p.149.

### **3 AS RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**

O Orientador Educacional é um dos responsáveis pelas relações de interdependência e mediador dessas relações e de conflitos. Nisto, lida com emoções, ideias, expectativas e sonhos. Essa interação faz com que esteja sempre em contato com a história de vida de seus orientandos, famílias e demais participantes do processo educacional, convive com circunstâncias e problemas de ordem sigilosa capazes de comprometer os envolvidos. O cuidado com estas informações trazem confiança aqueles que precisam de seus serviços.

#### **3.1 Preceitos éticos no exercício da orientação educacional**

O Código de Ética dos Orientadores Educacionais vem nortear o seu comportamento diante de fatos ocorridos no ambiente escolar e lhe oferece paradigmas em sua forma de atuar. Foi publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil em 5 de março de 1979<sup>59</sup>, que tem como objetivo estabelecer as normas de conduta profissional.

No Código de ética diz que só pode intitular-se Orientador Educacional e exercer sua profissão no Brasil quando legalmente habilitado nos termos da legislação em vigor. Em seus deveres consta<sup>60</sup> que deve exercer suas funções com elevado padrão de competência, senso de responsabilidade, zelo, discrição e honestidade, precisa atualizar constantemente seus conhecimentos e colocar-se a serviço do bem comum da sociedade, sem permitir que prevaleça qualquer interesse particular ou de classe. Sua filosofia de vida permita, pelo amor à Verdade e respeito à Justiça, transmitir segurança e firmeza a todos aqueles com quem se relaciona profissionalmente.

Entre outros itens, seu Código diz que o Orientador deve respeitar as normas sociais e expectativas morais da comunidade onde trabalha e assumir somente a responsabilidade das tarefas para as quais esteja capacitado, recorrendo a outros especialistas sempre que for necessário. Continua dizendo que o mesmo

---

<sup>59</sup> Este Código de Ética está registrado no LIVRO de ATAS número 2, da FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS, na ATA número 88 – Folhas 59, 60, 61, 62, face e verso.

<sup>60</sup> Título I – Das Responsabilidades Gerais – Capítulo I – Deveres Fundamentais.

deve lutar pela expansão da Orientação Educacional, defender a profissão e respeitar a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana, assim como prestar serviços profissionais desinteressadamente em campanhas educativas e situações de emergência, dentro de suas possibilidades.

Dentro da questão ética lhe é vedado<sup>61</sup> visar lucros encaminhando os orientandos a outros profissionais. Também, em casos em que se encontra envolvido emocionalmente tem a liberdade de não aceitar o encaminhamento, seja por fatores pessoais ou relações íntimas. Da mesma forma, evitar dar aconselhamentos individuais através da imprensa falada e/ou escrita e desviar para atendimento próprio os casos da instituição onde trabalha, muito menos favorecer pessoas que exerçam ilegalmente a sua profissão.

Outro ponto diz que o Orientador Educacional deve<sup>62</sup> guardar sigilo das informações obtidas sobre o orientando. A quebra de sigilo será admitida quando essas informações constituir perigo iminente para o orientando e terceiros. Porém, deve assegurar que qualquer informação só seja comunicada a pessoas que a utilizem para fins profissionais, assim como a autorização escrita por parte do mesmo se maior ou, dos pais, se menor de idade.

Em sua organização o Código de Ética fala das relações profissionais com o orientando<sup>63</sup>, o SOE deve esclarecer os objetivos do serviço garantindo ao estudante o direito de aceitar ou não a sua assistência profissional, protegendo sua identidade e assegurando-lhe o sigilo das informações que lhe dizem respeito. E, quando necessário para esta assistência deve-se usar, com a devida cautela, instrumentos de medida – testes de nível mental, interesses, aptidões e escalas de atitudes – como técnicas pertinentes ao seu trabalho.

Em todos os eixos os profissionais em Orientação<sup>64</sup> devem seguir a ética de abster-se de interferir junto ao orientando cujo processo esteja a cargo de outro colega, salvo quando solicitado, pois dispensar apreço, consideração e solidariedade que reflitam a harmonia da classe é um comportamento que lhe é atribuído. Paralelo, o espírito de solidariedade não pode induzi-lo a ser conivente com condutas profissionais inadequadas de outro colega de profissão.

---

<sup>61</sup> Título I - Capítulo II – Impedimentos.

<sup>62</sup> Título I - Capítulo III – Do sigilo profissional.

<sup>63</sup> Título II – Das relações profissionais – Capítulo I – Com o Orientando.

<sup>64</sup> Título II – Capítulo II – Com os Orientadores Educacionais.

O Código de Ética diz que os Orientadores devem desenvolver bom relacionamento com as outras categorias profissionais<sup>65</sup> e reconhecer os casos pertinentes aos demais campos de especialização, encaminhando-os aos profissionais competentes. E, com a instituição onde presta serviço<sup>66</sup> deve respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas da instituição em que trabalha, tendo em vista o princípio constitucional de autodeterminação realizando seu trabalho em conformidade com as normas propostas e conhecidas no ato da admissão, procurando o crescimento e a integração de todos.

Um importante item do Código de Ética está relacionado à comunidade<sup>67</sup>. Este profissional deve facilitar o bom relacionamento entre a instituição e a comunidade, respeitar os direitos da família na educação do orientando e empenhar-se por uma crescente aproximação entre a família e a instituição em que trabalha. No mesmo código diz que o Orientador necessita filiar-se à entidade de classe e colaborar com os órgãos representativos zelando pelos seus direitos e jamais se excusando de prestar-lhe colaboração, salvo por justa causa. Por fim, comunicar à entidade de classe competente os casos de exercício ilegal da profissão ou de conduta profissional em desacordo com este Código<sup>68</sup>.

Em continuidade, quanto aos trabalhos científicos<sup>69</sup> o orientador deve divulgar resultados de investigação e experiências quando isto importar em benefício do desenvolvimento educacional, observar as normas omitindo a identificação do orientando e seguir as normas estabelecidas pelas instituições que regulam as publicações. Para citar um trecho do Código de Ética segue o texto na íntegra:

TÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS  
CAPÍTULO I  
DA DIVULGAÇÃO E CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA  
Artigo 23 – Divulgar este Código de Ética é obrigação das entidades de classe.  
Artigo 24 – Transmitir os preceitos deste Código de Ética aos estudantes de Orientação Educacional é dever das instituições responsáveis pela sua formação.  
Artigo 25 – Fazer cumprir, fiscalizar, prever e aplicar as penalidades aos infratores deste Código de Ética é competência exclusiva dos Conselhos Federal e Regionais de Orientação Educacional.

<sup>65</sup> Título II – Capítulo III – Com Outros Profissionais.

<sup>66</sup> Título II – Capítulo IV – Com a Instituição Empregadora.

<sup>67</sup> Título II – Capítulo V – Com a Comunidade.

<sup>68</sup> Capítulo VI – Com a Entidade de Classe.

<sup>69</sup> Título III – Do Trabalho Científico – Capítulo I – Da Divulgação.

Artigo 26 – Este Código de Ética entrará em vigor após a sua publicação no Diário Oficial da União.

Curitiba, 18 de novembro de 1978.<sup>70</sup>

Num sentido mais amplo os princípios éticos dizem que “não é ético, por exemplo, usar distintivos de partidos políticos ou de times de futebol ou, ainda, alardear sua fé religiosa”<sup>71</sup>. Também, na mesma proporção devem-se evitar conflitos pessoais ou de grupos dentro do ambiente institucional. O profissional precisa se manter neutro e procurar minimizar o conflito e buscar saídas que devolvam o equilíbrio necessário ao trabalho diário. Estas normas delineiam uma linha de comportamento, apontam a um paradigma e revelam as possibilidades de seu trabalho.

Por fim, outra importante observação ética está nas questões que envolvem dinheiro, ao lidar com as comemorações da escola o Orientador se coloca ou é solicitado para ajudar na contabilidade do evento, caso não possa evitar, é necessário tomar certas precauções para que não haja dúvida sobre sua pessoa. Organizar a contabilidade com o envolvimento de outros colegas pode ser uma saída para lidar com estas situações, pois sua maneira de proceder é observada e sua conduta deve ser irrepreensível, ética, discreta e equilibrada.

### **3.2 A implantação e planejamento do SOE**

A inserção do Serviço de Orientação Educacional-SOE numa escola é uma tarefa que requer tempo e planejamento. Geralmente sua implantação na escola deve contar com pelo menos três meses de organização em suas várias instâncias: ambiente físico, Fichas de Encaminhamento, documentos institucionais, organização de arquivos, linha de procedimentos e sua apresentação para a comunidade escolar.

Já em sua implementação o SOE, por contar com uma estrutura prévia, deve se reorganizar para o trabalho, elaborar seu Plano de Ação junto aos professores e Direção, montar sua agenda semestral, bimestral e diária, tudo

---

<sup>70</sup> COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO: Coordenação: Ivone Frolde Ramos e Roseli Cecília Rocha de Carvalho Haurel. Membros: Antônio A. Gava Ferrão, Lúcia Corona, Maria do Carmo Eutrópio Pimenta e Maria do Carmo S. Freitas.

<sup>71</sup> GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. *Orientação educacional na prática* – princípios, técnicas, instrumentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 11.

conforme o Calendário Escolar da Rede<sup>72</sup> e da escola em específico levando em consideração as datas festivas, feriados, recessos e os projetos pertencentes a comunidade. Dentre as organizações gerais faz-se uma observação:

Constituem, também, material de uso freqüente no SOE impressos empregados para diferentes finalidades como, por exemplo, comunicação entre os professores e o SOE ou vice-versa e entre o SOE e os pais de alunos; ficha de identificação de estagiários e folhas para registro de entrevistas com pais e/ou alunos. Esses impressos devem estar colocados em local de fácil acesso, de forma organizada, cada qual em gaveta, pasta ou caixa própria, devidamente etiquetados.<sup>73</sup>

Além das organizações documentais, as dependências do Serviço de Orientação Educacional-SOE devem ser espaçosas para realizar tanto o acompanhamento individual como intervenções em grupo. Nesse sentido, é necessário ter dentro de sua sala um arquivo com chave para guardar as Fichas preenchidas com as informações obtidas e estas devem permanecer seguras, em sigilo absoluto, longe de olhares curiosos. Para se prestar um bom serviço, o SOE precisa ter um ambiente de espera e uma sala privativa onde o diálogo possa ser restrito aos que estão sendo assistidos pelo Orientador Educacional. Deve-se evitar que seu espaço seja utilizado para outros fins tais como, biblioteca, sala de vídeo, sala de professores, dentre outros.

Nessa estruturação existem as Fichas de Acompanhamento que atenderão as necessidades de cada realidade escolar. As Orientadoras Educacionais Giacaglia e Penteado<sup>74</sup> dispõem de uma ordem de material que possibilita uma melhor organização do serviço tais como, Modelo para comunicação de ocorrência em sala de aula (do professor para o SOE); Ficha para comunicação entre o SOE e os pais ou responsáveis pelos estudantes; Registro de entrevista com pais ou responsáveis ou com estudantes.

A Orientadoras também citam a Ficha de informações sobre estagiários; Ficha de identificação de professores e de funcionários; Questionário informativo sobre o professor, a ser preenchido pelos professores; Questionário informativo sobre o funcionário, a ser preenchido pelos funcionários; Ficha-resumo de preferências e disponibilidade dos funcionários, a ser preenchida pelo Orientador

---

<sup>72</sup> No caso do Distrito Federal a Secretaria de Educação prepara um Calendário anual para as escolas da Rede Pública de Ensino.

<sup>73</sup> GIACAGLIA E PENTEADO, 1998, p. 43.

<sup>74</sup> GIACAGLIA E PENTEADO, 1998, p. 45.

Educacional e Ficha-resumo de preferências e disponibilidade dos professores, a ser preenchida pelo Orientador Educacional.

Segundo as mesmas o objetivo geral é proporcionar condições para a sistematização do trabalho e que este seja o mais organizado possível no sentido geral. Sendo assim, pode ser apresentado ao corpo escolar como um serviço capaz de realizar junto ao estudante e comunidade um acompanhamento efetivo e contínuo. Para tanto, em todo o início de ano letivo devem-se esclarecer as suas atribuições, de preferência durante a semana pedagógica (de planejamento), que deve acontecer junto com a Direção escolar e o corpo docente.

É necessário, também, durante o trabalho fazer anotações em Livro de Registro, é possível fazer ótimos registros quando o esforço é ordenado, o material se encontra devidamente disposto, as agendas telefônicas atualizadas, listas de secretaria em dia e um arquivo bem elaborado. Uma importante informação para registro pode ser desperdiçada quando seus dados são perdidos na mente ou rabiscados em ínfimos pedaços de papel e guardados, sem data, misturados a outros dados - perda de tempo e energia, as Fichas de Encaminhamento, Relatórios e Devolutivas devidamente anotadas são documentações legítimas do trabalho. As assinaturas nesses documentos validam ainda mais o acompanhamento e legalizam as declarações feitas por terceiros ao Orientador Educacional.

A dimensão das ações realizadas pelo SOE no decorrer do ano letivo são resultados de um planejamento construído na semana pedagógica juntamente com o corpo docente. No momento do planejamento o levantamento de dados do ano anterior são percebidos como oportunidades de trabalho e como ação preventiva ou interventiva para o ano seguinte. Planejar em orientação significa organizar as ações já previamente levantadas num processo reflexivo da realidade escolar. Este empenho é básico para dar impulso aos projetos e atividades a serem desenvolvidas além de oferecer sentido às ações interdependentes e multidisciplinares.

Outro item é a avaliação do trabalho do SOE no final do ano letivo, pois possibilita mudanças de atitudes, lança o olhar para o que se deseja alcançar e prevê os recursos disponíveis. Também, evita aquilo que foi realizado com complexidade e sem resultados significativos. Vejamos a diferenciação do planejamento, plano e projeto:

Registra-se, comumente, o uso inadequado de termos vinculados ao planejamento, de forma a estabelecer incompreensões do sentido e do alcance do processo. A fim de evitar tais incompreensões, cabe esclarecer que:

*Planejamento* – é o processo, a ação de planejar;

*Plano e projeto* – são as descrições resultantes do planejamento e especificadoras das decisões tomadas e do curso de ação a seguir.

O *planejamento* é um processo, uma dinâmica mental, enquanto que o *plano* e o *projeto* são um produto de ação a seguir.

Denomina-se *plano*, comumente, a descrição de larga abrangência, em termos de problemática abordada e de tempo envolvido. *Projeto* costuma corresponder à descrição de abrangência menor.

Os *projetos* são eventuais, abrangem tempo limitado e abordam problemáticas específicas. Já os *planos* tendem a abranger período maior de tempo, vindo a caracterizar-se em planos anuais, bianuais, quadrienais, quinquenais e abordando problemática ampla, de forma global e integrada. Dada essa característica, pode-se dizer que os *planos* apresentam aspectos mais genéricos e abrangentes sobre a realidade e sobre as ações a serem desencadeadas e os *projetos* detalham esses aspectos. Portanto, projetos pressupõem planos.<sup>75</sup>

Planejar evita “arranjos” e o “jeitinho” que resultam em estress e resultados medíocres. Planejamento significa sistematização. A intensa rotina escolar envolve o profissional e a organização do tempo operacionaliza os esforços, muitos erros cometidos no ano anterior são evitados, projetos são complementados e as ações que deram certo podem ser repetidas numa nova roupagem, ampliadas e enriquecidas. Além disso, as transformações esperadas pela mudança na sociedade e velocidade da informação fazem com que novas iniciativas sejam tomadas no sentido de se fazer educação para o futuro. O planejamento oportuniza aquilo que se pretende alcançar em Orientação Educacional.

As ações planejadas a médio e longo prazo começam a dar resultados com o passar do tempo e a tendência é a necessidade de uma nova organização para o porvir, a continuidade do trabalho junto à comunidade escolar dá sentido a proposta do SOE na formação de opiniões, no estabelecimento de novos comportamentos e atitudes. Essa visão abrange o significado do seu papel social, com visão preventiva, certa flexibilidade, com caráter permanente, visando a precisão de suas ações, seu alcance e relevância junto à comunidade escolar.

### **3.3 O Orientador Educacional e o viés das teorias sobre a moral e a sistêmica**

O Orientador Educacional se apropria de vários saberes e linhas de pensamento teórico que permitem ampliar seus conhecimentos, sua percepção e

---

<sup>75</sup> LÜCK, 2008, p. 33.

efetivar suas ações. O estudo do desenvolvimento moral e a teoria geral dos sistemas possibilitam o entendimento do funcionamento familiar e social e, conseqüentemente, a extensão das relações dentro do ambiente escolar. A pesquisa na área não somente o faz entender a dinâmica da família, mas da escola e da criança inserida nos contextos, sua idade e maturação.

Nisto, passa a acompanhar o desenvolvimento do aprendente através da articulação de todos estes elementos que subsidiam sua prática. Um dos assuntos desta Pesquisa é a teoria desenvolvimentista de Piaget. Este considerou a criança numa inter-relação, agindo, reagindo e participante, trazendo seus valores e concepções de mundo, pertencente a uma familiar que o influencia e o educa, ou não. O texto de Wadsworth diz que,

Piaget reconheceu plenamente o papel dos fatores sociais no desenvolvimento intelectual. As interações sociais foram consideradas como uma fonte do conflito cognitivo, portanto, de desequilíbrio e, conseqüentemente, de desenvolvimento. Além do mais foram consideradas como necessárias a construção social.<sup>76</sup>

Nessa construção social está intrínseco o aprendizado para a vida, os relacionamentos, as experiências advindas das aprendizagens que, por sua vez, produzem novas construções. Deve-se considerar no processo o desenvolvimento da criança, as necessidades percebidas em suas especificidades buscando respeitar o tempo e espaço da aprendizagem. Não há como contribuir para o desenvolvimento da capacidade de criticar, opinar e assumir responsabilidades sem considerar sua maturidade, ou imaturidade. Quando se ignora a questão das idades ou não se tem clareza de sua importância, o trabalho se torna demorado e quase infrutífero, muitas vezes desnecessário. Utiliza-se os métodos de abordagem sem, no entanto, levar em consideração o nível da compreensão infantil.

Esta competência facilitará ao Orientador o entendimento das questões que envolvem as dificuldades de aprendizagem, inadaptação escolar, indisciplina e problemas familiares que afetam as crianças: “não apenas novos estudantes enfrentam problemas sérios de adaptação e integração à escola. Costuma ocorrer,

---

<sup>76</sup> WADSWORTH, Barry J. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget*. 5. ed. Trad. de Esméria Rovai. Sup. Ed. Maria Regina Maluf. São Paulo: Pioneira, 1997. (Biblioteca Pioneira de ciências sociais. Educação). p. 12.

com freqüência, a existência de estudantes que, por pertencerem a minorias de algum tipo (cor, religião, classe social), são rejeitados pelos colegas”<sup>77</sup>.

Também, ao elaborar os trabalhos de prevenção e informação nas diversas áreas tais como, drogadição, sexualidade, educação para o trânsito, Estatuto da Criança e do Adolescente, saúde, dentre outras, o Orientador o faz através de palestras, encontros, fóruns e conferências. Dependendo da clientela utiliza-se recursos tais como, teatro, música, filmes, documentários, enfim, recursos pedagógicos que possibilitam a viabilização deste trabalho. Se este profissional não direcionar o material à clientela de forma a possibilitar a compreensão por parte daqueles que os assistem a intenção será das melhores, mas o público não será alcançado.

Não somente a questão da idade é o foco deste trabalho. No tocante a sistêmica o Orientador Educacional percebe todo o contexto em que a criança está inserida, as queixas se caracterizam sintomas, situações resultantes da influência de todos ao redor, tudo se reveste em objeto de observação, em olhar mais analítico. A família se torna um importante foco, pois está presente na vida da criança, acompanha e influencia, sejam pais biológicos ou adotivos, tios, avós, irmãos, todos exercem ação psicológica e moral sobre a mesma. A teoria sistêmica possibilita este olhar sobre e fornece um corpo teórico que aponta as diversas faces do problema e proporciona um estudo amplo e rico das situações apresentadas.

Além disso, a família contemporânea se apropria de novos modelos sociológicos, não é possível observá-la tendo como concepção a formação da família tradicional composta de pai, mãe, filhos e filhas. Atualmente observam-se famílias com dois pais, duas mães, filhos/as homoxessuais, famílias matriarcais e, também, aquelas advindas de novos casamentos. Todas aprendem a reagir com seus mecanismos homeostáticos e estão nas escolas participando da vida de seus filhos e filhas, muitas cuidando e outras precisando de cuidados, todas influenciando a vida escolar das crianças. Turkenicz<sup>78</sup> contribui:

Prescindindo progressivamente dos homens, as mulheres vêm dominando cada vez mais a procriação e deslocando, na vida social, o poder para o

---

<sup>77</sup> GIACAGLIA; PENTEADO, 1998, p. 88.

<sup>78</sup> Psiquiatra e psicanalista, terapeuta de casais e de famílias. Membro pleno e ex-presidente do CEAPIA (Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e Adolescência), Porto Alegre. Autor de “A Aventura do Casal – uma abordagem teórico-clínica”, Porto Alegre: Artmed, 1995.

feminino/materno. Algumas conseqüências deste deslocamento têm gerado temor. A ausência da autoridade implantaria a falta de limites, avalizada pelo exercício materno da superproteção, que geraria desde o hedonismo narcisista até as múltiplas formas de violência, ambas as características fortemente presentes entre os traços marcantes da civilização ocidental do final do século XX e início do XXI<sup>79</sup>.

Andolfi completa dizendo que “a família é um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento de seus membros componentes”<sup>80</sup>. Um importante elemento de observação da família são os valores que demonstram e a maneira como resolvem os problemas no contexto escolar. A criança trará consigo estes valores e se sentirá mais ou menos segura mediante o comportamento de sua família.

Este indivíduo que cresce promove a continuidade, é o centro das idealizações daquele que o cria. E, este ‘criador-família’ - vamos assim designá-lo -, aponta caminhos, o introduz à religião, opina sobre sua profissão e o conduz de diversas formas ao aprendizado da vida. Acrescenta-se à educação social/familiar a ansiedade de realizar nessa criança o sonho do adulto ou a perpetuação de sua história.

Nessa experiência enxerga-se Piaget quando se observa o indivíduo dentro das experiências coletivas, que irá contribuir e retribuir, formar e ser formado, atuar e reagir durante todas as fases da sua vida chega-se aos questionamentos sobre sua influência. Nesse caso a família se torna uma espécie de referência e seus membros, modelos.

É possível compreender a criança ao conhecer sua família. Em meio ao universo de famílias funcionais, pais divorciados, religiosos, mães precoces, irmãos de outros casamentos, conflitos de gerações, parentes idosos, casais incompatíveis, pobreza, riqueza, encontra-se a criança que temos em nossas mãos, dentro da escola. Em todos estes aspectos a família se revela, considera o membro pertencente as suas vidas, ou não, e ali está a criança recebendo esse material social.

---

<sup>79</sup> TURKENICZ, Abrahan. In: TURKENICZ, Abrahan et tal. *Família e aprendizagem*. Uma relação necessária. 2. ed. Orgs. Fabiani Ortiz Portela e Ingrid Schröder Franceschini. Rio de Janeiro: Wak, 2008. p.28.

<sup>80</sup> ADOLFI *apud* ZIMERMMAN, G.I. *Velhice – aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 53.

Um profundo conhecimento da real situação familiar torna possível o juízo de muitos problemas apresentados na escola, o Orientador Educacional que possui uma visão sistêmica procura saber o contexto em que o estudante está inserido para compreender suas reações e concepções de vida. Porém, mesmo apropriados desse conhecimento deve-se considerar o estudante um ser único, pensante por si mesmo, moralmente em formação, com exigências únicas em determinados períodos de sua vida. Complementa-se então,

A teoria dos sistemas: Sistemas como a família dividem-se em diferentes subsistemas e estabelecem uma hierarquia entre os seus elementos, que estão relacionados de modo recíproco. Isso significa que o indivíduo é considerado um elemento no sistema familiar e que devemos diferenciar subsistemas delimitados (os pais, os filhos, os parentes) dos quais cada indivíduo participa. O indivíduo é assumido pelo sistema, faz parte de uma corrente familiar que vem do passado e se estende até o futuro.<sup>81</sup>

Ao se estudar sistêmica busca-se o aspecto interacionista, sua influência *dentro* e *entre* os envolvidos no processo. O Orientador lida com os sujeitos na intenção de ajustá-los ao ambiente escolar, trabalha na viabilização de informações e a construção de valores e cidadania. Calil nos diz que, “o sistema família nuclear participa de um processo de influência recíproca com outros sistemas humanos (a família extensa, trabalho, escola, subculturas religiosas, raciais etc.)”<sup>82</sup>.

Um importante aspecto da sistêmica é a questão dos conflitos. Depara-se com a complexidade em entendê-los sejam interrelacionais ou internos de um indivíduo. Conflitos vêm carregados de concepções próprias, morais, ou não resolvidos, causam transtornos, doenças mentais e confusão social. Conflitos que envolvem a moral trazem sofrimento psíquico à criança que não consegue elaborar a moral exigida pelo adulto, a dela mesma e aquela que precisa ser colocada em prática. Conflitos internos prolongados trazem conseqüências à mente infantil, a criança que precisa tomar decisões e aprender precisa ter ambiente emocional adequado. Duska e Whelen orientam que “a educação mais eficaz acontece quando dirige o estudante a um nível adequado a sua capacidade de aprendizagem”<sup>83</sup>.

A compreensão da criança dentro de um sistema nos aponta o motivo de alguns tipos de comportamentos e mudanças pois observa-se o indivíduo dentro da

---

<sup>81</sup> SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph; STRECK, Valburga Schmiedt. *Aconselhamento Pastoral da Família – uma Proposta Sistêmica*. São Leopoldo-RS:EST, [entre 1990 e 2010]. p. 189.

<sup>82</sup> CALIL, 1987, p. 21.

<sup>83</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 15.

família, na sala de aula, no grupo, sempre num movimento de circularidade, lembrando que a escola, sendo um sistema aberto, influencia e sofre influência dos comportamentos uns dos outros, dentro e fora dela. Considera o conceito de homeostasia onde o estudante repetirá comportamentos capazes de controlar seu ambiente para sua própria sobrevivência no meio. Isso envolve regras que governam as relações sociais e seus comportamentos, o que acontece também no meio familiar.

Da mesma forma, passa a reconhecer as fronteiras relacionais da criança e entender dentro do emaranhado social o lugar que ocupa. A troca de papéis é comum em famílias disfuncionais e conseqüentemente a confunde emocionalmente fazendo com que assuma certos posicionamentos diante da vida que a impede de se desenvolver saudável e equilibradamente. A troca de papéis a afasta da sua realidade infantil e personalidade própria, passa a criar mecanismos para conseguir subsistir. Para melhor entendimento sobre a questão das fronteiras Schneider-Harpprecht e Streck acrescentam,

Conforme Minuchim, fronteiras são regras que definem quem participa e quando participa. Elas tem o objetivo de proteger a diferenciação do sistema. Há barreiras invisíveis que circundam os indivíduos e os subsistemas. Cada indivíduo participa de um subsistema diferente, como o subsistema de pais, de filhos, de adolescentes [...] e espera-se que o subsistema aja de acordo quando trata com alguém de outro subsistema – por exemplo, no caso de pai e filho. Para funcionamento adequado da família, as fronteiras devem ser nítidas. Há três tipos de fronteiras que se podem observar: fronteiras desligadas – em que os relacionamentos são rígidos e distantes. Numa família assim os pais não sabem onde está a filha à noite, ou os filhos não fazem ideia de onde está a mãe nem de quando ela volta. As famílias com fronteiras emaranhadas têm o relacionamento próximo e difuso. Estas podem tentar se prender mutuamente, às vezes até com doenças, para impedir que alguém saia da casa. Por último temos as fronteiras nítidas, em que o relacionamento é normal e todos têm seu espaço e liberdade de acordo com sua posição e idade.<sup>84</sup>

Seguindo este raciocínio é possível tecer conjecturas a respeito do comportamento e o juízo moral da criança no meio, suas reações diante das regras, da mentira, de sua noção de justiça, seus sistemas e subsistemas. Não podemos considerar as ações do indivíduo apenas como resultante de um processo educacional, mas de constantes construções que lhe são inerentes, influências e interações, sem um começo e um fim, agindo e reagindo às regras impostas e aquelas que assume com autonomia.

---

<sup>84</sup> SCHNEIDER-HARPPRECHT; STRECK, [entre 1990 e 2010], p. 186.

Um conceito piagetiano relacionado à moral infantil é a “heteronomia” e a “autonomia”. No primeiro as regras são impostas pelos adultos e no segundo as regras são vistas como resultado de sua determinação em sua forma de agir<sup>85</sup>. Na sistêmica observa-se as vinculações, internas e externas, que cercam o indivíduo e que contribui para a preservação do comportamento infantil, isso no caso da análise sob esta perspectiva. Calil cita pesquisadores sistêmicos como Batexon, Haley, Jackson e Weakland que reforçam dizendo:

No que diz respeito à comunicação humana, não existe uma *mensagem simples*. Pelo contrário, as pessoas constantemente enviam e recebem uma multiplicidade de mensagens, através de canais verbais e não-verbais, e essas mensagens necessariamente modificam ou capacitam umas às outras (Weakland, 1976). Esse conceito enfatiza então que, quando duas ou mais pessoas interagem, elas constantemente reforçam e estimulam o que está sendo dito e feito, de tal forma que o padrão de comunicação dos participantes de uma interação define o relacionamento entre eles. Dessa maneira, padrões típicos quanto às regras, reações circulares e redundâncias na utilização da linguagem ocorrem na comunicação entre as pessoas<sup>86</sup>.

Ao se refletir sobre a questão da moral não há dissociação entre regras e regras, é interessante pensar que a obediência às regras conduz ao ato consciente da prática dessas regras independente do ambiente em que essa criança interage, seja família ou escola. Encontra-se aqui um elo, mesmo que tênue, entre a sistêmica, a Orientação Educacional e o estudo da moral infantil. Depara-se com um ser observado em sua globalidade, capaz de adoecer diante de dilemas e conflitos, capaz de criar para si mecanismos de saídas para a realidade que o cerca, inserido em vários contextos, influenciando e sendo influenciado.

Nisto, o Orientador Educacional procura colocar em prática no trabalho educativo um dos conceitos piagetianos que diz “toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade é busca no respeito que o indivíduo nutre por estas regras”<sup>87</sup>. Acredita-se que, para encontrar um ponto de partida na análise dessas ações e queixas escolares é preciso examinar as regras em todos os âmbitos, as regras escolares, as regras familiares e as que a criança assume como sendo leis próprias, resultantes de suas ideias e concepções.

---

<sup>85</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, pág. 21.

<sup>86</sup> CALIL, 1987, p. 25.

<sup>87</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 20.

Proporcionar um diálogo entre a sistêmica e a moral de Piaget só é possível partindo do ponto de vista de que o sistema homeostático (forma pelo qual os membros da família se adequam diante das circunstâncias) se sustenta sobre estas dinâmicas. Muitas doenças psíquicas se desenvolvem num ambiente onde o indivíduo não dá conta dos processos, não verifica saudavelmente esse dinamismo enquanto outros se auto-ajustam e se auto-corrigem.

Para a Orientação Educacional é importante as palavras de Nichols & Schwartz que diz “uma das maiores contribuições da terapia familiar para o campo da saúde mental é enfatizar a importância de se entender o comportamento das pessoas no contexto”<sup>88</sup>. É importante frisar que não se trata de fazer terapia dentro do ambiente escolar, mas o conceito de saúde mental deve ser assimilado para se chegar a tal ponto que além de se conseguir entender o contexto do indivíduo deve-se procurar entender como alcançar a saúde mental no acompanhamento escolar da criança e de todos os envolvidos no processo educativo, observando que o professor também adoece diante de problemas considerados insolúveis.

Não raro o Orientador Educacional se depara com situações cujo grau de complexidade ultrapassa os limites de sua alçada como, por exemplo, uma criança com laudo de esquizofrenia. Bateson diz que no ambiente familiar essa criança é fruto de um “contexto relacional ameaçador, confuso e imobilizante”<sup>89</sup>. O seu acompanhamento pelo Serviço de Orientação Educacional-SOE precisa ser direcionado por profissional especializado. No campo da sistêmica muitos estudos baseiam-se na saúde mental e na expressão dos indivíduos dentro do sistema. Esta ciência serviu de base para outras áreas tais como a psiquiatria conforme relata Minuchim,

O campo psiquiátrico incorporou a terapia familiar como uma modalidade de tratamento – sem, é claro, mudar as categorias diagnósticas dos pacientes individuais [...]. Esse é o modo como a sociedade funciona. Ela cooptou um movimento que estava desafiando as maneiras de pensar básicas sobre os problemas humanos, tornando oficial<sup>90</sup>.

Num olhar sistêmico, a escola precisa estar interligada através do SOE a uma rede de profissionais de saúde e vice-versa. Normalmente o psiquiatra envia

---

<sup>88</sup> NICHOLS, 1998, p. 75.

<sup>89</sup> CALIL, 1987, p. 29.

<sup>90</sup> NICHOLS; SCHWARTZ, 1998, p.79.

laudos à escola para que haja acompanhamento pedagógico específico, assim também como os psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, pediatras e outras áreas afins. As crianças avaliadas pelos profissionais de saúde e educação são encaminhadas ao SOE para que seja feito o acompanhamento familiar e individual em prol do equilíbrio e adaptação da mesma no contexto escolar.

Ao se estudar a comunicação humana em ambiente psiquiátrico Gregory Bateson, antropólogo, e Jackson, psiquiatra, ofereceram dados para a pesquisa em outras áreas, principalmente das famílias e suas crianças. Estes conceitos estão na base da evolução das construções sistêmicas com relação ao comportamento humano com a colaboração de Haley e Wakland. Minuchim também nos dá excelente visão a respeito do assunto, nos anos 60 pesquisou e clinicou famílias na Escola Wiltury, em Nova York. Nessa área Schneider-Harpprecht e Streck acrescenta,

A terapia estrutural foi desenvolvida por Salvador Minuchim, um psiquiatra argentino radicado nos Estados Unidos, e colaboradores. O marco inicial é considerado o estudo realizado em Wiltwyck, uma escola de periferia para adolescentes delinquentes, e descrito no livro *Families of the Slums* ("Famílias da Favela"). O modelo terapêutico é aprimorado mais tarde no centro de Orientação Infantil da Filadélfia, com estudos sobre famílias psicossomáticas, no atendimento de milhares de famílias e no curso de treinamento intensivo de terapeutas<sup>91</sup>.

Os psiquiatras Luigi Boscolo, Giuliana Prata e Gianfranco Cechin trabalharam por 10 anos, estudaram e atenderam famílias de anoréxicos e de crianças com distúrbios emocionais severos, o que também encontramos com frequência no ambiente escolar. Quando estes problemas são detectados através dos históricos de dificuldades de aprendizagem e de encaminhamentos feitos dentro da própria escola, aciona-se a família e solicita-se diagnóstico de especialistas, tendo o cuidado de que, a mínima desconfiança de possíveis problemas não deve servir de suporte para afirmar que a criança está 'doente' ou que precisa 'disto ou daquilo'. O profissional escolar seja ele professor, orientador, pedagogo deve basear-se em fontes seguras a respeito da saúde da criança. O 'achismo' é inadequado, calcar-se no conhecimento de outros profissionais é ético e demonstra respeito à sua própria formação.

---

<sup>91</sup> SCHNEIDER-HARPPRECHT; STRECK, [entre 1990 e 2010], p. 185.

Outro aspecto importante já citado nesta Pesquisa e que merece novas reflexões é a necessidade de compreender os mecanismos que geram alterações comportamentais, os processos psíquicos internos dos membros do sistema, a intensidade dessas mudanças, a acomodação das situações vividas entre os membros do ambiente, em como se dá a invasão do espaço do outro e a delimitação dos papéis. Enfim, a sistêmica pode oferecer caminhos para a intervenção de problemas que inquietam o dia a dia do SOE, talvez seja um ponto de partida no acompanhamento pedagógico.

Compreender as fronteiras geracionais nos leva a entender a raiz de muitas atitudes voltadas ao respeito, conflitos e como a criança vê a autoridade adulta que está diante dela. A intenção aqui não é querer estruturar ou desestruturar a organização familiar, mas perceber estes sistemas para elaborar possíveis intervenções do SOE. Em contrapartida, é possível inverter alguns papéis nos posicionamentos relacionais para transformar as experiências individuais dos membros do grupo. O objetivo seria compreender as partes para modificar o todo observando o conceito de circularidade<sup>92</sup>. Bateson nos fala sobre essa forma de examinar o problema:

A justificativa do propósito tende a tomar a forma (D é desejável; B leva a C; C leva a D; assim, D pode ser alcançado através de B e C). Mas, se a mente total e o mundo exterior não têm, de um modo geral, esta estrutura linear, então, forçando esta estrutura sobre eles, nós nos cegamos para a circularidade cibernética do eu e do mundo externo. Nossa escolha consciente da amostragem não revelará circuitos inteiros, mas somente arcos de circuitos, separados de suas matrizes pela nossa atenção seletiva. Especificamente é provável que a tentativa de encontrar a mudança em uma determinada variável, localizada quer seja no eu ou no ambiente, não leve em conta a compreensão da rede homeostática que circunda tal variável<sup>93</sup>.

Segundo Bateson, intervir sobre o problema de forma linear de causa e efeito e isoladamente não oferece resultados desejáveis numa análise de problemas. Os terapeutas Estratégicos Breve preferem focar o indivíduo ou subsistemas separadamente para dar maior importância às mudanças. Isso levanta uma grande questão que envolve a Orientação que é a cobrança dos demais

---

<sup>92</sup> Uma segunda citação vale para iluminar o conceito: “por circularidade entendemos a capacidade do terapeuta para conduzir sua investigação, tendo como base a retroalimentação da família em resposta à informação solicitada sobre relacionamentos e, portanto, sobre diferenças e mudanças”. (Sevini Palazzoli, Boscolo, Cecchin e Prata, 1980, p.3)

<sup>93</sup> BATESON, 1972, p. 445.

segmentos escolares por respostas imediatistas. Todos querem resultados rápidos para os acompanhamentos, receitas prontas para a resolução de problemas.

Não raro o Orientador Educacional se debruça sobre questionamentos do tipo: qual a intervenção certa? Que resultante objetivar? Qual a prioridade mediante tantas queixas? Que atitude tomar para alcançar a todos? Qual abordagem viável? Deve-se considerar que para entender a dinâmica de uma família e encontrar entrada para possíveis intervenções leva-se tempo de anamnese, tendo curto prazo para a resolução das demandas dentro do ano letivo escolar. Existem os problemas que logo se resolvem, mas o conhecimento de uma família leva tempo. Vejamos um exemplo de um psicólogo escolar levando em consideração nesta narrativa o contexto, a abordagem, o tempo e a reação dos colegas quanto aos resultados:

Um psicólogo escolar sugeriu uma intervenção a uma família a ele encaminhada por um professor. O paciente identificado era um garoto de 8 anos que não ia a escola há 6 meses. O psicólogo conotou positivamente a recusa do garoto de ir a escola como uma tarefa que ele impôs a si mesmo para ficar perto de sua solitária mãe. Ele havia visto exatamente esta intervenção feita com uma família semelhante, tratada no Centro, e na qual a criança voltara à escola quase que imediatamente. O psicólogo foi severamente criticado pelo diretor da escola que era completamente incapaz de entender as justificativas desta ação. Além disso, depois que a história se espalhou na escola, o psicólogo foi ridicularizado pelos professores que chegavam até ele e, bem humorados, perguntavam se, fazendo o atendimento familiar, os livraria de um aluno terrível<sup>94</sup>.

Encontrar a sintonia entre abordagem, tempo e resultado nos leva ao encontro de respostas. É necessário tempo para levantar dados mediante uma queixa escolar, incluindo dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou outras que interferem no sucesso do estudante. É preciso um conjunto de informações pois um encaminhamento é seguido de anamnese, identificação da situação e, depois, a intervenção do SOE. Acrescenta-se, também, o bom senso e conhecimento para evitar ações ingênuas, simplistas ou tendenciosas dos casos.

Outro ponto que envolve o SOE é o levantamento das questões referentes às sanções disciplinares propostas no Regimento Escolar. É importante o envolvimento da equipe pedagógica na elaboração e cumprimento das mesmas. O Orientador não pode aplicar sanções disciplinares pois não é sua função, o seu relacionamento e vínculo com o estudante não deve ser interrompido por causa de

---

<sup>94</sup> BOSCOLO, Luigi et al. *Terapia familiar sistêmica de Milão*. Trad. Carlos Arturo Molina-Loza, Christina Sutter. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. p. 37.

possíveis ressentimentos. Em outro momento o Orientador Educacional leva o estudante a entender as regras com fins à conscientização. Complementa-se este assunto através do Art. 26 – Seção II – Da Orientação Educacional que diz:

A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do aluno, tendo como pressupostos, o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como ser integral.

O entendimento das regras vai depender da maturidade e moral da criança. Para tanto, nos referimos a Piaget enquanto estudioso da moral infantil e também fonte de pesquisa para este trabalho. Possivelmente, o Orientador Educacional com esta formação passa a conhecer o processo que o instrumentaliza a trabalhar e compreender a criança, os conceitos piagetianos fazem parte da gama de conhecimentos em educação que capacitam o profissional no exercício de sua função.

Piaget faz parte dessa construção de forma efetiva, nos deixou enorme legado na área que, somados à sistêmica nos proporciona olhar para os aspectos interrelacionais e particularmente as normas morais que regem o indivíduo nesse contexto. Quanto a moral, Piaget afirma que é elaborada inicialmente através da influência recíproca com tudo o que o rodeia e passa a construir seus valores, preceitos e regras através dos relacionamentos com os adultos. Piaget acrescenta:

Para que estas interações aconteçam, há a ocorrência de processos de organização interna e adaptação e essa ocorre na interação de processos denominados assimilação e acomodação. Os esquemas de assimilação se modificam de acordo com os estágios de desenvolvimento do indivíduo e consistem na tentativa destes em solucionar situações a partir de suas estruturas cognitivas e conhecimentos anteriores. Ao entrar em contato com a novidade, retiram dele informações consideradas relevantes e, a partir daí, há uma modificação na estrutura mental antiga para dominar o novo objeto de conhecimento, gerando o que Piaget denomina acomodação.<sup>95</sup>

Para Piaget a criança possui uma moral própria e não pensa como os adultos. Ele explica que de dois a seis anos, em seu egocentrismo, cognitivamente não separa o seu eu do universo que a rodeia, não dá significado a si mesma

---

<sup>95</sup> ARAGUAIA, Mariana. Equipe Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biografia/piaget-desenvolvimento-moral-na-crianca.htm>>. Acesso em Julho de 2011.

enquanto ser humano, não se vê dentro de um conjunto nem partilhando com ele, é uma fase de reprodução social, o que gera a anomia<sup>96</sup>. Após este estado de egocentrismo a criança adquire o entendimento quanto à obrigação com relação às regras e estas influenciam as suas atitudes. No entanto, a mesma “não tem, ainda, a estrutura cognitiva necessária para aplicá-las de outra maneira senão recorrendo à imitação”<sup>97</sup>.

Esta faixa etária é atendida nas escolas de Educação Infantil que convive com queixas de choros intermináveis, discussões e brigas que envolvem agressão como, mordidas, puxões de cabelo, empurrões e chutes. Nas brigas verbais as crianças contam histórias intermináveis de como aconteceu o problema, enquanto outras choram numa atitude de defesa, tem aquela que se fecha e ensaia uma careta cuja interpretação poderia ser ‘estou com muita raiva’.

Na experiência descortinam-se os comportamentos e regras, as reações de defesa, os valores de cada um e de como resolvem seus problemas no meio. O Orientador se vê diante de inúmeras situações, terá que minimizar os conflitos para que ‘a paz volte a reinar’ na sala de aula, no recreio e, entre as famílias. Além disso, terá o cuidado de trabalhar no sentido de manter este equilíbrio e oferecer novos modelos. As crianças são constantemente expostas às situações de conflito como os observados na maioria dos desenhos infantis veiculados pela mídia onde a violência e mentira são regras consideradas normais. Aliás, as atitudes contraditórias das personagens e heróis televisivos servem como pontos de partida para se trabalhar os valores a se estabelecer em meio à sociedade.

Sob o mesmo ponto de vista Piaget diz que nas crianças entre sete e dez anos se observa a questão da competição, onde as regras são essenciais como atividade social. Mais adiante, entre os onze e doze anos o adolescente expande a capacidade abstrata e o entendimento das regras. Aqui a heteronomia<sup>98</sup> vai dando

---

<sup>96</sup> **Anomia** (crianças até 5 anos): geralmente a moral não se coloca, com as normas de conduta sendo determinadas pelas necessidades básicas. Porém, quando as regras são obedecidas, são seguidas pelo hábito e não por uma consciência do que se é certo ou errado. Um bebê que chora até que seja alimentado é um exemplo dessa fase.

<sup>97</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 22.

<sup>98</sup> **Heteronomia** (crianças até 9, 10 anos de idade): O certo é o cumprimento da regra e qualquer interpretação diferente desta não corresponde a uma atitude correta. Um homem pobre que roubou um remédio da farmácia para salvar a vida de sua esposa está tão errado quanto um outro que assassinou a esposa, seguindo o raciocínio heteronômico.

lugar a autonomia<sup>99</sup>. Dos conceitos de heteronomia e autonomia, Piaget diz que “é através da atividade de cooperação que o adolescente desenvolve a compreensão do objetivo e da origem das regras”<sup>100</sup>.

Este posicionamento aponta um caminho para uma tomada de decisão no sentido de minimizar conflitos vividos por adolescentes nas escolas. O respeito mútuo apreendido através das atividades de cooperação, por exemplo, pode ser transferido às outras situações da vida, ao período de compreensão das regras Piaget chamou de “realismo moral” e o definiu como a tendência em considerar os deveres e os valores a que se referem como subsistentes em si, independentemente da consciência, como realidade que se impõem obrigatoriamente, quaisquer que sejam as circunstâncias em que o indivíduo se encontra.

Para observar o que é produzido a partir do realismo moral sobre o julgamento infantil, Piaget adquiriu compreensão sobre as questões de desatenção, roubo e mentira na infância. Os estudos sobre a mentira infantil revelam que a demora na capacidade do entendimento, a deformação no sentido de compreender as regras morais levam a praticá-la. Piaget diz que a base de toda moralidade consta na consideração às regras. Porém, esta consideração às regras deve ser internalizada através da compreensão das mesmas e não somente do fato de obedecer ao adulto que as impõe. Vejamos:

A regra contra a mentira não é um princípio que a criança escolhe e que guia as decisões, a não ser quando a criança já adquiriu experiência social adequada que lhe faz entender a necessidade da verdade. É claro que nem as punições nem os gritos facilitarão aquilo que é fundamental num processo socializante<sup>101</sup>.

Vivenciar as regras com conscientização e sem o envolvimento com sanções é uma perspectiva para o trabalho do SOE. Muitas vezes a criança já recebeu algum tipo de sanção escolar em resposta ao não cumprimento das regras seja, advertência oral, escrita, suspensão, e ainda não entendeu essa dinâmica. Nesse caso, o Orientador deve trabalhar o Regimento Escolar, os direitos e deveres da criança e reforçar o foco preventivo. A internalização das regras tem como

---

<sup>99</sup> **Autonomia:** legitimação das regras. O respeito a regras é gerado por meio de acordos mútuos. É a última fase do desenvolvimento da moral.

<sup>100</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 25.

<sup>101</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 37.

objetivo integrá-lo e fazê-lo pertencente ao ambiente escolar, principalmente nos momentos conflituosos onde o mesmo as rejeita.

Um bom exemplo disto foi vivenciado numa escola onde uma criança de 9 anos começou a jogar pedra nos colegas. A professora pediu que não o fizesse mais pois poderia machucar alguém, a criança continuou e quebrou uma das janelas da escola. Em seguida, foi levada à direção por depredar o patrimônio, a diretora deu uma advertência por escrito, enviou bilhete e pediu que a mãe pagasse o dano. A criança retornou no outro dia e disse que a mãe não poderia pagar. O pai enviou o recado dizendo que os professores eram ricos e poderiam pagar a janela e não compareceram à solicitação feita pela direção escolar.

Conseqüentemente, o caso foi levado ao SOE que trabalhou no sentido de conscientizar a criança sobre seus atos, direitos e deveres e, por último, a família foi chamada pela segunda vez. Logo, a mãe compareceu e justificou o não pagamento à baixa renda. O SOE explicou o acontecido e pontuou sua responsabilidade sobre o filho de 9 anos e a legalização do pai sobre o erro infantil. Na frase ‘o professor é rico pode pagar’ pode estar intrínseca ‘pode quebrar tudo que não tem problema, eu não ligo’. Felizmente, a criança não repetiu o fato, mas provavelmente a questão moral ficou seriamente comprometida mediante o exemplo dado pelo pai e sua ausência. Os mesmos desperdiçaram um valioso momento educativo para o estabelecimento dos valores e regras na vida de seu filho.

Nas regras obedecer por obedecer não dá resultados e pressionar através de ameaças gera indivíduos momentaneamente obedientes, mas não conscientes e participantes. A criança deve ter em mente que se vir a transgredir regras por vontade própria haverá conseqüências. Também, cumprir regras somente através de repreensões e sanções condiciona a criança, o que acarretará sérios riscos à sua conduta na vida adulta.

Piaget foi um pioneiro do realismo moral sobre o julgamento infantil e foi em Lawrence Kohlberg<sup>102</sup> que a pesquisa tomou maiores dimensões sobre o assunto. Kohlberg estudou grupos de pessoas entre dezoito e vinte e oito anos e elaborou

---

<sup>102</sup> Psicólogo, falecido em 1986, americano, professor de Psicologia Social e de Educação na Universidade de Harvard. Estudou na Universidade de Chicago onde retornou como professor e pesquisador da psicologia do adolescente. Passou tempos em Yale e no Instituto para Estudos Avançados em Ciências comportamentais em Palo Alto, Califórnia.

seis orientações a base dos seis estágios do desenvolvimento moral que veremos mais adiante. A respeito das orientações Duska e Whelan diz que:

A pesquisa de Kohlberg demonstra que, quando se consideram as razões que as pessoas dão para os seus julgamentos ou ações morais, surgem imediatamente diferenças significativas na percepção moral das mesmas, ainda que o comportamento externo possa ser idêntico. Enquanto uma pessoa poderia dizer que enganar é errado porque seria descoberto, uma outra poderia dizer que roubar é errado porque tal ato faz diminuir a confiança necessária ao convívio social. Existe aqui uma diferença óbvia, significativa, na maturidade do processo de raciocínio e nas razões dadas<sup>103</sup>.

Estes são dilemas bem presentes na vida daqueles que convivem em ambientes escolares principalmente professores, coordenadores e orientadores que precisam resolver problemas, ler as mentiras e as verdades, decifrar contradições e subornos. O conceito de engano, certo e errado sempre está relativizado, o menino que pega o lanche está com fome, quem está com fome pode tirar o lanche do outro? Então? O que é pior? Ficar com fome? Pedir e não ser atendido? Ora, dependendo da idade esse raciocínio nem passa pela cabeça da criança, ela come e pronto.

Independente da maturidade estas são situações iminentes, de uma forma ou de outra, em mais ou menos grau, encontradas no Ensino Infantil, Fundamental ou Médio. O interessante é compreender esta dinâmica para que a intervenção não seja vazia de significados, pois o nível de compreensão muda significativamente dependendo das estruturas cognitivas. Muitas famílias não sabem como lidar com a questão das regras e do mau comportamento infantil. Professores presenciam inúmeros exemplos de agressividade de pais que não aceitam os ajustes, batem demais nos filhos ou investem contra a escola. Porém, não dão exemplo em casa. Alguns não aceitam receber pedidos de ajuda por parte da professora sobre o comportamento inadequado de seus filhos e os espancam na sala de aula. Em muitas comunidades o Orientador precisa trabalhar as questões morais como forma de intervenção. Estudos acrescentam:

Embora alguns estudos tenham mostrado que o comportamento abusivo dos pais é causado por sérias psicopatologias, Emery (1989) afirma que uma explicação psicopatológica não pode ser aplicada à grande maioria dos pais abusivos, pois uma personalidade abusiva não tem sido identificada. O

---

<sup>103</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 54.

abuso tem sido correlacionado com *stress* situacional e fatores cognitivos como limitado conhecimento sobre cuidados infantil, baixa tolerância e demandas comuns, como choro, e interpretações errôneas sobre a motivação do mau comportamento da criança<sup>104</sup>.

Com o propósito de entender melhor esta questão faz-se necessário introduzir os estudos de Kohlberg que nos apresenta três níveis de julgamento em se tratando da moral: o pré-convencional, convencional e pós-convencional. A saber, no nível pré-convencional a criança está alerta para o bem e mal, certo e errado e os interpreta firmando-se em seus resultados tais como, punição, recompensa e troca de favores.

Kohlberg diz que no nível pré-convencional se encontram os estágios 1 e 2. O estágio 1 menciona a *orientação para a punição e obediência*, nele o que determina os atos são os resultados físicos da conduta em si sem levar em conta o significado humano e o valor de tais atitudes e conseqüências. No estágio 2 ele fala sobre a *orientação relativista instrumental* onde as ações traduzem as necessidades do indivíduo e, de vez em quando, a do outro, a honestidade, reciprocidade e partilha são feitas por troca e não por fidelidade, agradecimento ou direito.

A seguir Kohlberg explica que o estágio 3 está no nível convencional que fala sobre a *orientação interpessoal do “bom menino, boa menina”*. Aqui o importante é o desejado intento de agradar os outros, pois ganha-se o reconhecimento das pessoas através da simpatia e gentileza. Por conseguinte, o estágio 4 discorre sobre a *orientação à lei e à ordem constituída*, aqui há um direcionamento para a decisão às regras fixas e manutenção da ordem social e também para cumprir as obrigações, respeitar a autoridade e preservar a organização social pelo desejo de mantê-la.

O estágio 5 está no nível pós-convencional e denomina-se autônomo ou de princípio, definido pela *orientação legalista para o contrato social*, nele há um relativismo aos valores pessoais, o justo está inserido nas opiniões pessoais. E, por fim, no estágio 6 está a *orientação ao princípio ético e universal* onde Kohlberg afirma que,

---

<sup>104</sup> RIBEIRO, Maria Alexina; BORGES, Lílian Maria. *Violência intrafamiliar: um olhar sobre a dinâmica da família violenta*. In: *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius*. Ogs. Maria Alexina Ribeiro e Liana Fortunato Costa. Brasília: Universa, 2004. p. 55.

O justo é definido pela decisão da consciência de acordo com os princípios éticos escolhidos e que apelam para a compreensão lógica, universalidade e coerência. Estes princípios são abstratos e éticos (como a regra de ouro e o imperativo categórico) e não são regras morais concretas como os dez mandamentos. Em síntese, são princípios universais de justiça, de reciprocidade, de igualdade de direitos, de respeito pela dignidade dos seres enquanto indivíduos.<sup>105</sup>

Kolberg e Piaget são as fontes principais no estudo de Duska e Whelan que dá um novo enfoque e os discorre sob uma perspectiva cristã. Os autores dizem que ao atender as demandas considera-se o cuidado de não impor opinião a respeito de religião ou possíveis preconceitos velados interiormente. Muitas vezes o adulto se sente tentado em estabelecer as regras dadas por Deus para 'ensinar' uma doutrina cristã. Essa perspectiva orienta o trabalho do SOE no sentido de não criar viés na Orientação para fazer colocações que acham pertinentes a sua própria doutrina religiosa ou deslocar o diálogo pedagógico para alcançar metas doutrinárias particulares muitas vezes fora do contexto do atendimento.

Na Orientação Educacional o assunto religião deve ser pensado em nível dos mais altos valores no sentido de formar nas crianças um senso de verdade, justiça e honestidade. Porém, a criança praticante de uma religião dá a sua própria versão às situações vividas pelo seu crivo moral religioso. Isso talvez aconteça porque algumas famílias não compreendem a construção da imagem complexa de Deus pela criança e se serve disto como instrumento de obediência. Deus é interpretado de várias formas conforme a religião, mas numa escola laica deve-se respeitar a todos. Neste sentido, Duska diz que a criança passa pelos mesmos esquemas de Piaget e Kolberg, a diferença é que o resultado dependerá do filtro onde passa essas concepções e completa que,

Em todo caso, para muita gente as convicções religiosas estão estreitamente ligadas às convicções morais; será, portanto, útil examinar as suas realizações à medida que a pessoa avança através da seqüência de desenvolvimento. Passamos, então, à análise dos estágios, vistos com os olhos de quem crê em Deus e na Igreja.<sup>106</sup>

No cotidiano escolar, muitos pais criticam o ensino das culturas, ritos, símbolos e a história das diversas religiões, dos povos afro, muçulmanos, católicos, protestantes, dentre outros. O currículo orienta a pesquisa nas diversas culturas sem

---

<sup>105</sup> KOHLBERG, L. *Estágios de desenvolvimento moral como base para a educação moral*. New York: Newman Press. p. 86-88.

<sup>106</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p.93.

cunho doutrinário, muitos desses conteúdos estão nos livros didáticos e comemorados em datas próprias citadas no calendário brasileiro, o planejamento tem o cuidado de não organizá-lo de forma a fixar em alguma doutrina para que não haja apologia à religião, mas muitas vezes a escola é obrigada a gerar outro tipo de avaliação para estudantes religiosos para atender um pedido das famílias.

Quanto ao SOE, o trabalho não pode ser vinculado a nenhuma religião, deve ser desenvolvido no sentido de orientar aos princípios e valores para a vida, respeito, cidadania, regras de convivência e justiça social. Não é aconselhável expor convicções religiosas com as pessoas pelas quais orienta, pregar ou catequizar, ministrar ou ensinar, mesmo que sua religião seja igual a da família orientada. Adequado aqui é sintetizar esse pensamento na fala de Duska e Whelan que diz “o mais importante é, todavia, o apego aos ideais mais elevados – a justiça e o amor: ambos fundamentados na crença de que nós somos todos filhos de Deus, todos amados por Deus, e na insistência de que a maior autoridade deveria ser daquele que humildemente serve”<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> DUSKA; WHELAN, 1994, p. 102.



## CONCLUSÃO

O Serviço de Orientação Educacional desenvolve ações em diversas áreas, no âmbito institucional, junto ao corpo docente, discente, família, redes sociais além de proporcionar vivência teórico-prático aos estudantes em sua área de atuação. Para tanto, soma-se o desejo de se relacionar, conhecer o ser humano em si, bom senso e estruturação organizacional. O Orientador Educacional se apropria de teorias para melhor compreender o principal agente de seu trabalho: o educando.

Propus-me a revisitar a práxis do Serviço de Orientação Educacional. Também, a compreender Piaget em seus estudos sobre a moral, além de aprofundar os conhecimentos da teoria sistêmica para melhor lidar com as várias situações complexas e desafiadoras colocadas no dia a dia. Questionei, enquanto Orientadora Educacional, se o conhecimento sobre elas me possibilitaria desempenhar melhor minhas funções dentro da escola. Se o estudo da moral e a sistêmica me traria uma visão maior do indivíduo para que pudesse compreendê-lo a ponto de efetivar o meu trabalho. E, que função pedagógica traria este estudo. Todas foram perguntas motivadoras desta pesquisa.

Durante a pesquisa pude ter a riqueza da práxis e as leituras me proporcionaram mais conhecimento das atribuições do Serviço de Orientação Educacional e sua importância na escola. Este estudo acrescentou uma série de aprendizagens no entendimento das estruturas familiares que enriqueceram minha vida. A pesquisa foi primordial para me indicar caminhos. O cotidiano da escola requer inúmeras iniciativas do SOE desde elaborar e executar o Plano de ação, organizar sua rotina de forma a viabilizar o viés com os outros serviços escolares e o acompanhamento das demandas que surgem no dia a dia.

A Orientação Educacional surgiu com a necessidade de orientação profissional a Lei Orgânica do Ensino Industrial deu oficialmente no Brasil expressividade ao termo *Orientação Educacional* através do Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 e do Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Introduziu-se a partir daí a Orientação Educacional no ensino secundário, comercial e agrícola. Teve ampla aceitação no ensino secundário, o serviço efetuava um trabalho capaz de adaptar as crianças e impedir obstáculos além de reconhecer as diversidades para um melhor ajustamento social.

Em Brasília, a Secretaria de Educação do Distrito Federal-SEDF aprovou em 1990 o novo Regimento Interno. Criaram a Seção de Orientação Educacional Pedagógica nº 10 que define a abrangência da ação do Orientador Educacional. O Serviço de Orientação Educacional tem tomado vulto nas instituições educacionais de todo o país. Hoje este profissional tem se tornado um importante aliado no trabalho em busca de uma cultura de paz, de profissionalização e adaptação ao ambiente escolar, além de lidar com famílias em seus múltiplos aspectos e está presente junto aos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal e Autárquico, das Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

Seu Código de Ética foi publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil em 5 de março de 1979 e tem como objetivo estabelecer as normas de conduta profissional. Um importante item desse Código de Ética está relacionado à comunidade. Este profissional deve facilitar o bom relacionamento entre a instituição e a comunidade, respeitar os direitos da família na educação do orientando e empenhar-se por uma crescente aproximação entre a família e a instituição em que trabalha.

Além da pesquisa sobre as atribuições do Orientador Educacional e sua parte legal, pesquisei a Teoria Geral dos Sistemas. Sistema quer dizer conexão, interdependência, circularidade e retroação. Gregory Bateson, antropólogo e um dos pioneiros na compreensão do funcionamento da família propõe que a escola pode ser considerada um sistema aberto, devido ao movimento de seus membros *dentro* e *fora* que resulta em interação uns com os outros e com sistemas familiares e extrafamiliares, obtendo reciprocidade de informações, energia e material. Bateson observou que as ações de **A** provocaram uma resposta de **B** que, por sua vez, causaram uma resposta ainda mais intensa por parte de **A**".

Um importante conceito da sistêmica é a homeostasia que consiste em uma seqüência padronizada de comportamentos de caráter repetitivo que garantem a organização familiar e que permitem um mínimo de possibilidade sobre a forma de agir de seus membros. A família é um sistema fechado de informações na qual, variações no comportamento de um membro, provocaria por meio de um processo de feedback modificação corretiva na resposta dada pelo sistema, introduziu-a como uma maneira de explicar a tendência das famílias em resistir às mudanças.

O *feedback* (ou retroalimentação) pode ser negativo ou positivo, não se trata de ser benéfico ou não mas refere-se a um estado, enfatiza, homeostático. Na teoria sistêmica observa-se o indivíduo influenciando e sendo influenciado, reagindo e interagindo. O Orientador Educacional que se norteia na sistêmica observa as relações internas e externas e em como cada componente da família contribui para a manutenção do comportamento e a estabilidade do sistema.

Alguns grupos estudaram as famílias e delineararam seus enfoques tais como, o Grupo de Palo Alto, o Enfoque Estrutural na terapia familiar, a terapia Estratégica Breve, depois o Grupo de Milão que representa o pensamento sistêmico aplicado à família e dá importância aos componentes paradoxais existentes os conceitos de transformação e homeostase do sistema familiar. Baseados no modelo Cibernético e da Comunicação confiavam que a família era um sistema autocorretivo e autogovernado por regras de convivência construídas durante o tempo por ensaio e erro. Esse foi um momento crucial da pesquisa, minha vontade era de permanecer nas leituras e adquirir mais conhecimento na área, o que fomentou meu desejo de continuá-la no doutorado.

Em continuidade e para alcançar melhor os meus objetivos estudei também um dos grandes nomes do conhecimento na área do desenvolvimento humano, especificamente no estudo do desenvolvimento da moral - Jean William Fritz Piaget. Nasceu em 9 de agosto de 1896 em Neuchâtel, Suíça e morreu em Genebra, Suíça aos 16 de Setembro de 1980 aos 84 anos. Estudou Biologia na Universidade de Genebra, transpôs seu foco de estudo para a filosofia e mais tarde à psicologia, tendo o seu interesse maior o desenvolvimento cognitivo recebendo o reconhecimento como um epistemólogo genético.

Piaget citou Bertalanffy em seus escritos do ponto de vista das organizações e regulações no aspecto adaptativo do sistema nervoso no sistema embrionário e disse que “todo o organismo constitui um sistema aberto, no sentido de Bertalanffy, quer dizer, só se conserva através de trocas constantes com o meio quanto às necessidades de nutrição e de proteção contra os predadores”, isso para entendermos a influência de Bertalanffy sobre Piaget.

A Biologia trouxe à Piaget grandes significados, a influência múltipla entre o ambiente e os moluscos o impressionou no sentido de que “a mente e o corpo não funcionam independentemente um do outro e que a atividade mental submete-se as

mesmas leis que ordinariamente governam a atividade biológica”. A interação e construção caminham juntos no trabalho auto-regulador do conhecimento, observações necessárias para auxiliar a pesquisa do desenvolvimento intelectual. “Ambas as atividades, intelectual e biológica, são partes do processo global através do qual o organismo adapta-se ao meio e organiza as experiências”.

Outro enfoque que Piaget deu aos seus estudos foi a pesquisa na área do desenvolvimento moral na criança. Piaget ressalta os aspectos da assimilação de verdade e mentira, justiça e injustiça, de respeito e desrespeito às regras recebidas de fora, os julgamentos de valor, os deveres e o valor a eles atribuídos. Piaget utiliza um parâmetro de que a obediência é o fim do bem e que os princípios devem ser cumpridos resultando a ideia de responsabilidade pessoal, com isso é possível a criança avaliar os atos através de regras estabelecidas na sociedade. A consciência do bem na criança é a primeira condição da vida moral ao chegar ao estágio de reflexão e de formulação das ideias.

Um importante elemento de observação da família são os valores que demonstram e a maneira como resolvem os problemas no contexto escolar, a criança trará consigo estes valores e se sentirá mais ou menos segura mediante o comportamento de sua família. Piaget foi um pioneiro do realismo moral sobre o julgamento infantil e foi através do psicólogo Lawrence Kohlberg que a pesquisa tomou maiores dimensões sobre o assunto. Estudou grupos de pessoas entre dezoito e vinte e oito anos e elaborou seis orientações a base dos seis estágios do desenvolvimento moral.

Kohlberg diz que o justo é definido pela decisão da consciência de acordo com os princípios éticos escolhidos e que apelam para a compreensão lógica, universalidade e coerência. Esses princípios são abstratos e éticos (como a regra de ouro e o imperativo categórico) e não são regras morais concretas como os dez mandamentos. Em síntese, são princípios universais de justiça, de reciprocidade, de igualdade de direitos e respeito pela dignidade dos seres enquanto indivíduos.

Ronald Duska e Mariellen Whelan fornecem um estudo valorativo no campo da moral onde Piaget e Kohlberg são as fontes principais. Os primeiros descrevem uma visão da moral numa perspectiva cristã. Orientam que ao atender as demandas considera-se o cuidado de não impor opinião a respeito de religião ou possíveis preconceitos velados interiormente. Muitas vezes o adulto se sente tentado em

estabelecer as regras dadas por Deus para 'ensinar' uma doutrina cristã. Pais religiosos que insistem em criticar o ensino das culturas e mitos, ritos, símbolos e corpo teórico de religiões da história dos países, dos povos afro, muçulmanos, católicos, protestantes, dentre outros.

No SOE são trabalhados os princípios e valores para a vida, respeito, cidadania, regras de convivência e justiça social. Não é aconselhável expor suas convicções com as pessoas pelas quais orienta, pregar ou catequizar, ministrar ou ensinar, mesmo que sua religião seja a mesma da família orientada.

Meu intuito neste trabalho não foi aprender a fazer terapia escolar, nem buscar instrumentos específicos no campo da psicologia para "tratar" os estudantes, o psicólogo tem área reconhecidamente delimitada que merece meu respeito e admiração, tenho consciência que não me compete fazer nenhum tipo de teste ou tratamento psicológico, é perigoso confundir os campos, mas beber dessa rica fonte me proporcionou parte das respostas que procurava.

Esta pesquisa acrescentou conhecimentos básicos da profissão que me possibilitarão agir com mais propriedade na área. O estudo da Sistêmica me oportunizou refletir sobre as dinâmicas da família e entender seu funcionamento, fronteiras, os diversos modelos, os problemas que a circundam, a relação e reação de seus membros dentro do sistema. Conhecimento precioso. O estudo de Piaget sobre a moral me trouxe algo novo, ao ler os textos vinham à minha mente as histórias contadas pelas crianças para explicar seus feitos, seus dramas vividos em família, suas dores, concepções, realizações e dificuldades.

Muitas crianças nem sabem dizer o que fizeram ou o que desejam, mas parece que o pensamento está nas entrelinhas. Procuo o tempo todo entender cada uma, quando falam a verdade, quando mentem, quando fantasiam. E, a função pedagógica resultante disto é ajudá-las para que cresçam no ambiente escolar. Também, proporcionar feedback aos professores, fazê-los entender o acontecido, proporcionar meios de comunicação com a família, fazê-los compreender a criança que está conosco na escola, que age e reage, que acusa e se defende, que exprime seus desejos e anseios, que nos oferece um mundo cheio de surpresas pela qual procuramos compreender e dar significado.



## REFERÊNCIAS

- ARAGUAIA, Mariana. Equipe Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biografia/piaget-desenvolvimento-moral-na-crianca.htm>>. Acesso em Julho de 2011.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; MARRODÁN, Maite; OLIVÁN, Marta; PLANAS, Mireia; ROSSELL, Montserrat; SEGUER, Manuel; VILELLA Maria. *Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico*. 3. ed. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BATESON Gregory, *Mente e natureza: a unidade necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Passos para ecologia da mente*. New York: Ballantine, 1972.
- BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BOCK, Ana Mercês; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias – uma introdução ao estudo da psicologia*. 13. ed. ref. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BOSCOLO, Luigi et al. *Terapia familiar sistêmica de Milão*. Trad. Carlos Arturo Molina-Loza, Chiristina Sutter. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 342p.
- CALIL, V.L.L. *Terapia familiar e de casal*. São Paulo: Summus, 1987.
- Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 2.0a. Produzido e distribuído por Editora Objetiva LTDA em CD-ROM.
- DUSKA, Ronald; WHELAN, Mariellen. *O desenvolvimento moral na idade evolutiva: um guia a Piaget e Kohlberg*. São Paulo: Loyola, 1994.
- FURTH, Hans G. *Conhecimento como desejo – um ensaio sobre Freud e Piaget*. Trad. Dante Coutinho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. *Orientação educacional na prática – princípios, técnicas, instrumentos*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. *O espaço filosófico da Orientação Educacional na realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A prática dos Orientadores Educacionais*. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A orientação educacional – conflitos de paradigmas e alternativas para a escola*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006.
- KOHLBERG, L. *Estágios de desenvolvimento moral como base para a educação moral*. New York: Newman Press.

LÜCK, Heloísa. *Planejamento em orientação educacional*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 128p.

NÉRICI, G. Imídeo. *Introdução à orientação educacional*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. *Terapia familiar – conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PIAGET, Jean. *Comportamento motriz da evolução*. Trad. Olga Magalhães. Portugal: RÉ.S. Coleção substância. [entre 1990 e 2010], 177p.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e o pensamento da criança*. 5 ed. Trad. Manuel Campos, revisão e tradução do texto final Marina Appenzeller e Aurea Regina Sartori. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção psicologia e pedagogia. Nova série)

\_\_\_\_\_. *O julgamento moral na criança* (1932). Trad. Elzon Lenardon; rev. Yara Schramm. São Paulo: Mestre Jou. 1977.

\_\_\_\_\_. *Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PIAGET, Jean et al. *Cinco estudos de educação moral*. Org. Lino de Macedo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996 (Coleção psicologia e educação).

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. *A psicologia da criança*. 3. ed. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Difel, 2007. 144p.

POLITY, Elizabeth (Org.). *Psicopedagogia: um enfoque sistêmico: terapia familiar nas dificuldades de aprendizagem*. São Paulo: Vetor, 2004.

RIBEIRO, Maria Alexina; BORGES, Lílian Maria. *Violência intrafamiliar: um olhar sobre a dinâmica da família violenta*. In: Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius. Ogs. Maria Alexina Ribeiro e Liana Fortunato Costa. Brasília: Universa, 2004.

SCHNEIDER-HARPPRECHT, Christoph; STRECK, Valburga Schmiedt. *Aconselhamento Pastoral da Família – uma Proposta Sistêmica*. São Leopoldo-RS:EST, [entre 1990 e 2010].

TAILLE, Yves de La. *Jean Piaget*. Coleção Grandes Educadores. São Paulo: Atta. DVD.

TURKENICZ, Abrahan et al. *Família e aprendizagem. Uma relação necessária*. 2. ed. Orgs. Fabiani Ortiz Portela e Ingrid Schröder Franceschini. Rio de Janeiro: Wak, 2008. 155 p.

WADSWORTH, Barry j. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget*. 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1997.

ZIMERMANN, G.I. *Velhice – aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.